



## ATA SESSÃO ORDINÁRIA

### DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

DE 3 DE SETEMBRO DE 2021, CONTINUADA EM 10 DE SETEMBRO

N.º 5/2021/AM

**DATA:** Terceiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.-----

**HORA:** Vinte horas e quarenta e três minutos.-----

**LOCAL:** Centro Cultural de Macieira de Cambra.-----

**O PRESIDENTE:** Manuel Miguel Pinheiro Paiva (CDS/PP);-----

**1.º SECRETÁRIO:** Nos termos das normas regimentares, na ausência do 1.º Secretário, tomou o seu lugar na Mesa, a 2.ª Secretária, Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva (CDS/PP);-----

**2.º SECRETÁRIO:** Esta vaga não foi ocupada.-----

- Deputado Municipal, Henrique da Silva Dias (CDS/PP);-----
- Deputada Municipal, Filomena Maria Soares de Almeida Moreira (CDS/PP);-----
- Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----
- Deputado Municipal, Albano de Oliveira Braga (Independente);-----
- Deputada Municipal, Rita Alexandra Alves Casal (CDS/PP);-----
- Deputado Municipal, Hugo Martins Rodrigues de Sousa (CDS/PP);-----
- Deputado Municipal, José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----
- Deputada Municipal, Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----
- Deputado Municipal, José Augusto Tavares Ferreira (CDS/PP);-----
- Deputada Municipal, Sara Campos Bastos (CDS/PP) que participou por videoconferência;-----
- Deputado Municipal, Diogo Filipe Tavares de Bastos (CDS/PP);-----

2021.09.03

- Deputado Municipal, Ricardo Jorge da Costa Oliveira (CDS/PP);-----
  - Deputado Municipal, António Augusto Pinho Soares de Almeida (PSD), que participou por videoconferência;-----
  - Deputada Municipal, Célia Maria dos Santos Tavares, em suplência de António Santos Sousa (PSD);-----
  - Deputado Municipal, Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz (PSD), que participou por videoconferência;-----
  - Deputado Municipal, João Pedro Henriques da Silva (PSD);-----
  - Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida (PS);-----
  - Deputada Municipal, Ana Maria da Silva (PS);-----
  - Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Arões (CDS/PP);----
  - Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos (CDS/PP);-----
  - Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, (CDS/PP);-----
  - João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra (PS), que chegou mais tarde, conforme se faz referência;-----
  - António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge (CDS/PP);-----
  - Sérgio Miguel Santos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões (CDS/PP);-----
  - Manuel Correia de Campos, Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (CDS/PP).-----
- Faltou o 1.º Secretário, Nuno Miguel Pinheiro da Costa (CDS/PP), por motivos ponderosos e imprevistos (falta justificada pela Mesa).-----**



Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também presentes os vereadores em regime de permanência António Alberto Almeida de Matos Gomes, Daniela Sofia Paiva da Silva (que chegou mais tarde, conforme se faz oportunamente referência) e José Alexandre Coutinho de Bastos Pinho, e ainda os vereadores em regime de não permanência Ana Filipa da Silva Vieira (CDS/PP), José Pedro Vieira de Almeida (PSD) e Nelson da Silva Martins (PS). -----

A sessão foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos (de 26/8, retificada em 30/8):-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal;-----

b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 25 de junho de 2021;-----

o a aprovar, com as seguintes correções à minuta da ata:-----

1. na aprovação da ata da sessão ordinária de 30 de abril, fica a constar que a mesma foi aprovada com as alterações introduzidas à proposta da ata (dado ter havido correções), texto em falta na minuta da ata;-----
2. na votação do ponto 2, da ordem do dia, onde por lapso se registou "com vinte votos a favor", fica a constar da ata "com vinte e um votos a favor";-----
3. no encerramento da sessão, consta na minuta "do dia vinte e dois", fica a constar da ata "do dia vinte e seis".-----

NOTA: As alterações sublinhadas já constam da proposta da ata remetida para apreciação-----

c) Período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia.-----

**- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----**

1. Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;---
2. Fixação da Taxa de IMI - Deliberação da Câmara Municipal de 27 de julho de 2021;-----
3. Fixação da Taxa de Participação do Município no IRS - Deliberação da Câmara Municipal de 27 de julho de 2021;-----
4. Aplicação da Taxa da Derrama - Deliberação da Câmara Municipal de 27 de julho de 2021;-----
5. Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Deliberação da Câmara Municipal de 27 de julho de 2021;-----
6. Aprovação do Compromisso Plurianual relativo ao Protocolo a celebrar com a ANEPC e a AHBVVC – Equipas de Intervenção Permanentes – Deliberação da Câmara Municipal de 10 de agosto de 2021; -----
7. Alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), por força da candidatura PDR2020-10216-067291 – Recuperação do Edifício Anexo à Casa da Tulha– Deliberação da Câmara Municipal de 10 de agosto de 2021;-----
8. Aprovação do novo Regulamento das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-Escolar e Ação Social Escolar da Rede Pública do Concelho - Deliberação da Câmara Municipal de 13 de julho de 2021;-----
9. Aprovação da alteração ao Quadro XIV do RMUE – Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – Deliberação da Câmara Municipal de 27 de julho de 2021;-----



10. Proposta de Isenção de taxas no âmbito da Feira de Velharias, da Feira Quinzenal, do Mercado Municipal, da Ocupação Acidental (Feiras) e da Ocupação do Espaço Público (Esplanadas) – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de agosto de 2021;-----

11. Proposta de Apoio à Freguesia de São Pedro de Castelões – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de agosto de 2021;-----

12. Processo de Obras n.º 21/20 da MANOSFER – Imobiliária, Lda – Solicitação à Assembleia Municipal de esclarecimento do artigo 18.º do Regulamento do PDM – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de agosto de 2021 (conforme retificação de 30/8).-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO.-----

-----  
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu início aos trabalhos da sessão, quando estavam 26 membros presentes.-----

Prestou informação quanto às ausências e substituições.-----

Chegou à Sessão o Sr. João Pedro Costa.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

a) INFORMAÇÕES DIVERSAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, designadamente, da comunicação do Senhor Vereador Nelson da Silva Martins a agradecer o Voto de Pesar pelo falecimento do seu pai; dos eventos em que esteve presente e dos convites recebidos, nomeadamente Convite da Banda Flor da Mocidade Junqueirense para o dia 11 de setembro; do Senhor Pároco de

2021.09.03

Macieira de Cambra, para a Missa Solene a 8 de setembro, da Câmara Municipal com o Agrupamento de Escolas para o Colóquio *on line* a decorrer a 9 de setembro.-----

**b) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2021:**

**O sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, deu nota das correções remetidas pelos Deputados Municipais José Soares e José Peres, a que a Mesa deu acolhimento. Perguntou, se mais correções existiam, ao que o **Senhor Deputado Municipal Independente, Albano de Oliveira Braga**, referiu que na página 33 da proposta, deve colocar-se “esta” em vez de “isto”.-----

**A Assembleia Municipal deliberou**, por maioria de 24 votos a favor, com 3 abstenções (dos deputados Municipais Diogo Filipe Tavares de Bastos, Henrique da Silva Dias e Ana Maria da Silva, por não terem estado presentes), aprovar a ata da sessão ordinária de 25 de junho de 2021, com as correções dos Deputados (José António Abrantes Soares de Almeida, José do Nascimento Peres e Albano Oliveira Braga) à proposta da ata, assim como com as seguintes correções à minuta da ata: (1) na aprovação da ata da sessão ordinária de 30 de abril, fica a constar que a mesma foi aprovada com as alterações introduzidas à proposta da ata (dado ter havido correções), texto em falta na minuta da ata; (2) na votação do ponto 2, da ordem do dia, onde por lapso se registou “com vinte votos a favor”, fica a constar da ata “com vinte e um votos a favor; (3) no encerramento da sessão, consta na minuta “do dia vinte e dois”, fica a constar da ata “do dia vinte e seis”.-----

**c) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra aos membros inscritos.-----



A Senhora Deputada Municipal, Célia Maria dos Santos Tavares, cumprimentou os presentes e afirmou ser esta a sua última sessão da Assembleia Municipal, daí a sua intervenção que se transcreve, conforme documentos entregues:-----

“Hoje vivemos um tempo onde existe ainda muita crítica fútil e vulgar, aos que de forma diferente pensam, não nos abstraindo às vezes de adjetivar pessoas, só porque defendem ideias diferentes das nossas, ora isso era uma das bases para a censura, que combatia os que pensavam de forma diferente, esse tempo acabou e não há retorno, somos livres.-----

Não sendo a Liberdade e a Democracia propriedade das organizações políticas, mas sim do povo, é no entanto evidente que é a forma como a democracia está organizada que nos diz tudo.-----

Como alguém disse, “não sendo o sistema democrático, um sistema perfeito, pois sistemas perfeitos não existem, é ainda o sistema imperfeito que melhor temos”.--

Hoje enfrentamos alguns desafios, mormente na defesa de valores sociais, tão importantes na vivência em sociedade.-----

Abusamos na utilização do nosso direito de liberdade de expressão, e usando-o muitas vezes ultrapassamos a linha ténue que divide o respeito pelo próximo e a falta de respeito pelo direito que os outros tem.-----

Permitam-me citar Fernando Pessoa,-----

“Não é o trabalho, mas o saber trabalhar, que é o segredo do êxito no trabalho. Saber trabalhar quer dizer: não fazer um esforço inútil, persistir no esforço até ao fim, e saber reconstruir uma orientação quando se verificou que ela era, ou se tornou, errada.”-----

2021.09.03

Porque na vida não basta viver... também é preciso sabermos viver, pensando e agindo para a realização dos interesses coletivos!-----

Cá andei por longos anos,-----

Sempre pautei o meu dever político com humildade e lealdade às minhas gentes, a Vale de Cambra, porque para mim de outra forma não é correto, fazer política.---

Meus senhores e minhas senhoras, -----

O valor de uma Assembleia Municipal mede-se pela qualidade do trabalho realizado, pela qualidade e diversidade das opiniões que ali se expressam, pela efetiva fiscalização aos atos do poder executivo, e pela igualdade de tratamento dado aos diferentes partidos que, em função dos votos recolhidos, ali devem expressar legítima e livremente opinião.-----

A importância da Assembleia de Vale de Cambra tem sido pouca ou nenhuma. Tem reunido só quando a lei determina, o debate tem sido desincentivado, coartado com a defesa incessante e vitimizadora de alguns agentes políticos, as intervenções são habitualmente desinteressantes e as sessões parecem-se mais com um rito religioso de avassaladores e vassalos do que com uma Assembleia política.-----

O que semearmos hoje influenciará o que colhemos amanhã.-----

Caros amigos,-----

Queremos uma Vale de Cambra mais próxima, mais empreendedora, mais sustentável, mais próxima do cidadão.-----

Mas também uma Vale de Cambra mais humana e mais organizada.-----

Gostávamos de ter mais cidade.-----





Porque fazer mais cidade não é só organizar e proteger os locais por onde passa a procissão.-----

É preciso olhar também para a cidade escondida dos olhares e perceber que há toda uma cidade que necessita de intervenção profunda.-----

Fazer cidade é reabilitar e criar condições para que os jovens, os estudantes e as jovens famílias possam comprar ou arrendar a preços competitivos regressando à cidade que os viu nascer – apostar na habitação com custos controlados.-----

Fazer cidade é criar formação profissional capaz de ingressar nas nossas empresas de modo sustentável, que tanta falta faz aos nossos empresários e que os mesmos nos reivindicam. Valorizar o tecido industrial rico que temos - apostar na formação profissional e fomentar empregabilidade.-----

Fazer cidade é apoiar ainda mais aqueles que infelizmente vivem na solidão, sem condições, na miséria, sem condições dignas de vida, onde falta apoio social, - ação social.-----

Fazer cidade é criar dinâmicas culturais que nos elevem a um lugar de excelência e de referência na oferta cultural e de lazer e fazer melhor- merecemos melhor.----

Fazer cidade é, em articulação com as juntas de freguesia, os autarcas de proximidade por excelência, dar-lhes competências mas sobretudo recursos para que sejam eles também decisores de uma política integrada de desenvolvimento e de progresso.-----

Fazer cidade é fazer de tudo para garantir que a segurança e a proteção dos cidadãos e de todos aqueles que ajudam a construir a cidade seja uma realidade efetiva.-----

E a propósito de segurança, de proteção e de transtorno é absoluta preocupação o que verificamos no estado desta cidade em episódios que afetam a vida daqueles que cá vivem e cá trabalham.-----

Existem um conjunto de preocupações e riscos que, ainda que não coloquem em causa a atividade do município num muito curto prazo, o farão certamente no futuro caso não sejam combatidos.-----

E, ser cidade não é manter a culpa nos outros, daquilo que não fizemos, mas debater o estado da cidade é necessariamente sermos capazes de responder a uma questão em particular:-----

Estamos de facto melhor ou pior?-----

Temos ou não uma cidade melhor?-----

A Câmara Municipal presta ou não um melhor serviço aos Cambrenses?-----

Vale de Cambra é hoje ou não um município com uma sustentabilidade socio-cultural e económico-financeira estável e equilibrada?-----

Temos razões para acreditar que não."-----

**O Senhor Deputado Municipal e Presidente da União de Freguesias, Manuel Campos,** cumprimentou os presentes e agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a paciência que teve durante o presente mandato.-----

Agradeceu ainda ao Senhor Presidente da Câmara pela paciência que teve.-----

Passaram quatro anos e, das vezes que participou nas sessões, não ouviu, uma vez que fosse, uma proposta a favor da Câmara Municipal; não viu na apreciação do orçamento da Câmara Municipal alguém dizer que estava mal e qual a correção; isso é que seria oposição.-----



Acrescentou ainda que se passou de amigos/colegas para ódio; amigos por interesse. Fez-se um debate onde alguns misturaram política com amizade e a amizade não se troca; a amizade fica e a política vai embora.-----

Há mais de 20 anos que participa em assembleias e, noutros tempos, os assuntos eram mais detalhados e partilhavam ideias positivas; neste mandato a Câmara apresentava os seus trabalhos e estes eram criticados.-----

Agradeceu o bom trabalho que a Câmara fez, aos Vereadores todos pelo trabalho e pela educação e moral, porque nunca responderam de má vontade ou de forma áspera.-----

Desejou ainda boa sorte a todos.-----

**O Senhor Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida**, saudou toda a equipa de todo este mandato de quatro anos; além de aprender com todos os problemas que foram resolvidos e tentar perceber como é que a bancada do partido socialista poderia ou poderá futuramente ajudar a resolver os problemas, sempre numa perspetiva de melhorar as condições para as pessoas de Vale de Cambra e melhorar Vale de Cambra. Esse foi sempre o intuito das suas participações, todas as intervenções.-----

Acrescentou que é certo que houve desacatos e controvérsias mas ainda bem que assim foi, as visões são completamente diferentes. Na opinião da bancada socialista, há falta de visão para garantir um futuro mais promissor, mais desenvolvido e mais “a par” das situações pelas quais deverão estar atentos e prevenir sobretudo as pessoas, os jovens e os mais desfavorecidos.-----

As suas intervenções foram no sentido de ajudar a desenvolver a “Nossa” terra. Foi num sentido de visão humana e sobretudo preocupante em intervir em qualquer resolução; foi sempre um esclarecimento sensato para o

2021.09.03

desenvolvimento e resolução dos problemas de Vale de Cambra, de uma forma mais reformista, para valorizar mais os seus próprios valores e para colocar Vale de Cambra mais projetado para Portugal, para estar mais atento às atualidades e sobretudo na vida dos jovens.-----

Insistiu, como o fez ao longo dos últimos quatro anos, pode parecer quase impossível, mas continua a insistir num Sistema de Saúde para Vale de Cambra. Vale de Cambra merece uma maior proximidade em termos de saúde, sendo este um dos mais importantes fatores na fixação da população.-----

Acrescentou ainda ter tido sempre uma visão futurista, uma visão diferente, daí por vezes gritarem e dizerem que não, porque consideravam que muitas das soluções apresentadas não iriam resolver o problema no futuro, resolve no imediato, satisfaz na atualidade mas não será a melhor resolução para o futuro. Referiu a questão da dívida que existe para melhorar, para ajudar a desenvolver o futuro, seria com esta visão que deveríamos pensar em questões de orçamento; quando a dívida é contraída com um sentido, há sempre um plano onde se sabe que em dez ou vinte anos se tirarão dividendos, isso nunca se fez. É necessário alargar o “foco” para criar ideias que sejam mais favoráveis e que “nos” mantenha com algum orgulho em Vale de Cambra.-----

Teve também alguns dissabores, numa tarefa que tinha sido incumbido e sente-se desiludido pois perdeu-se a oportunidade em relação ao Regimento da Assembleia. É do conhecimento de todos que esta Assembleia em 24 de novembro de 2018, no ponto número dois da ata dessa sessão ordinária, votou-se a constituição de um grupo de trabalho para a revisão do Regimento desta Assembleia Municipal; esta seria uma prioridade incutida pelo Senhor Presidente, porque era realmente uma necessidade, mudar um pouco a forma como se utiliza o Regimento, para favorecer as intervenções e para melhor e de forma mais clara



e intuitiva resolver os problemas que tanto se discutiu e se acabou por não resolver.-----

De seguida citou alguns dos objetivos que tinham sido referidos para a revisão do Regimento, proferidos pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

Mais acrescentou que no dia 04 de fevereiro de 2019 foi convocada uma reunião com os membros escolhidos de cada bancada para o grupo de trabalho, para eleger um coordenador, definir formas de funcionamento, e aprovação dessa ata. Entretanto ficou-lhe incumbido apresentar uma proposta, uma solução para corrigir ou melhorar o Regimento existente. Com a presença dos colegas Senhor Peres, Senhor António Augusto e Senhor Albano Braga conseguiram arranjar uma solução e pessoalmente verificou outros Regimentos de outras Assembleias Municipais para aferir qual a forma mais acertada para a revisão; encontraram um Regimento de outro Município, com grande prática, com grandes discussões e polémicas, e que foi entregue como proposta ao Senhor Presidente da Assembleia. Foi difícil que isso fosse desenvolvido mas era de sua responsabilidade pressionar para que esse Regimento fosse aprovado. Continuou nas sessões ordinárias seguintes a questionar o ponto de situação mas as respostas eram vagas; no final do mandato não conseguiram; continua a não haver novo Regimento da Assembleia. Lamenta que não se tenha conseguido resolver a questão. Não tem a ver com partidos políticos tem a ver com o funcionamento da Assembleia. Transpôs ainda a responsabilidade para o Senhor Presidente da Assembleia pois nunca mais reuniram tendo o assunto ficado nas mãos do Senhor Presidente. A não conclusão desta tarefa poderá ser um espelho de como as coisas se tratam "aqui na nossa casa".-----

Em jeito de despedida informou que estão a criar uma equipa nova não descurando a juventude e a continuar com a mesma visão, com pessoas multi

2021.09.03

culturais, multi partidário de forma a reunir a melhor opinião, as melhores sensações para que Vale de Cambra possa realmente crescer.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** questionou o Deputado Albino Almeida pois este disse que, na qualidade de responsável, de coordenador da comissão incumbida da revisão do Regimento, apresentou uma proposta; gostaria de saber que proposta é que apresentou ao que este [Deputado Albino Almeida] respondeu ter sido mais que uma proposta, ter sido algo que já estava elaborado de uma Assembleia que tem todo o mérito e que todos conhecem e, que daí já teriam todo o conteúdo necessário para um bom funcionamento, sobretudo para a liberdade de expressão e os tempos necessários para os assuntos. No seu entender não se trata de uma proposta mas sim algo melhor.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu o esclarecimento e informou que o que tinha sido entregue à Mesa foi o Regimento da Assembleia Municipal do Porto, que tirou da internet e entregou, não considerando isso o trabalho de uma comissão. Para além disso confirmou a informação que tinha dado que o mesmo documento se encontrava nos Serviços Jurídicos da Autarquia. Entretanto considerou que não deveria ser a Mesa a decidir sobre o Regimento que deverá ter a opinião de todos.-----

O **Senhor Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida**, respondeu que o documento não foi fruto de cinco minutos, terá levado um mês de pesquisas e onde considerou que aquele documento seria o ideal como base de trabalho. Mais informou que reuniram com a Dr.<sup>a</sup> Isabel, do Serviço Jurídico e ficou claro que se ía ajustar o documento para chegar a uma versão final para Vale de Cambra.-----

**Chegou à sessão a Vereadora Daniela Sofia Paiva da Silva.**-----



O **Senhor Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida**, cumprimentou os presentes e solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a apresentação de uma proposta de voto de pesar, que se transcreve:-----

“Propomos que a Mesa da Assembleia Municipal de Vale de Cambra faça aprovar um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Carlos Manuel Soares Roque, ex-autarca na Freguesia de Vila Chã e que o faça chegar à sua família a quem apresentamos condolências.”-----

O **Senhor Presidente da Assembleia** considerou pertinente e uma vez que o Deputado permitiu a interrupção, informou ser um Voto de Pesar apresentado pela bancada do PSD, pelo falecimento do Senhor Carlos Manuel Soares Roque, que foi autarca na Freguesia de Vila Chã. Nos termos habituais, questionou as bancadas, através dos seus representantes e ao Senhor Deputado Municipal não inscrito, Albano Braga, se subscrevem este Voto de Pesar ou se é necessário proceder à votação. Uma vez que houve consenso de todos abstiveram-se de fazer a votação, considerando-se **aprovado por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Carlos Manuel Soares Roque, ex- Autarca na Freguesia de Vila Chã**. Do mesmo será dado conhecimento à sua família a quem se apresenta as sentidas condolências.-

Retomando a palavra o **Senhor Deputado Municipal, António Augusto**, cumprimentou com especial enfoque a Palmo Produções pois permitiu que as sessões fossem participadas a partir da sua residência. Continuou, da forma que se transcreve a pedido do próprio: “A história não se apaga com lixívia e da propaganda à realidade há uma grande diferença, mas, convenhamos, eles são bons em propaganda. Iniciamos a intervenção desejando os maiores sucessos a todos os candidatos às Autárquicas 2021, em benefício de Vale de Cambra.-----

Um eleito é o fiel depositário da esperança de quem o elege. Evitem confundir servir com cobrar. Evitem alianças entre a complacência e a negligência. Evitem o deixar andar. Evitem rasgar e/ou prostituir o Regimento da Assembleia Municipal. Evitem acrescentar “nulos” à vossa visão estratégica.-----

Oxalá os vossos e nossos sonhos sejam influenciados pelos ventos da mudança. Oxalá os ventos da mudança tenham força para soprar. A verdade tornar-vos-á mais fortes. Não comprometam o futuro por um quase nada. Todos deverão estar nesta Assembleia Municipal para servir e não para cobrar. Não se deixem assoberbar por “crimes” de oportunismo. Não se transformem em “pregoeiros” das maiorias. Duvidem sempre daqueles que sistematicamente rejeitam a partilha e a colaboração. Denunciem as “transparências mascaradas”. A ambição de fazer o melhor pelo Concelho deve ser o vosso caminho.-----

A linguagem a utilizar na Assembleia Municipal deve corresponder aos princípios superiormente emanados do próprio Regimento da Assembleia Municipal, assentes nos pressupostos dos direitos e deveres expressos em propostas e preocupações, alavancadas em muito e com muito trabalho pelo e para o Concelho.-----

Paradoxalmente e contrariando todas estas exigências de dinâmica para o desenvolvimento integrado da sociedade Cambrense, temos vindo a assistir a uma “guerra” de palavras entre pessoas da atual maioria CDS e da ex-maioria CDS, com acusações de dolo e prejuízos para Vale de Cambra, onde se fala de “decisões ruins” para o Concelho.-----

O nível de encenação e argumentação é escabroso.-----





No nosso entender, no entender da oposição (as intervenções confirmam-no), cada um de nós não pode ser incompatível com a honestidade política que se nos exige e com as superiores necessidades do Concelho.-----

Com recursos e meios, faltaram estratégia, competência, dedicação e influência.

Ficou evidente a falência de ideias, ambição e vontade.-----

A oposição minoritária, disponível para parcerias em benefício de Vale de Cambra, foi arrumada nas “gavetas” das conveniências pessoais.-----

Esta Assembleia Municipal deve estar obrigada a ser fator determinante para o desenvolvimento do Concelho.-----

Perguntamos: como é que, na atualidade, a oposição, em minoria, pode provocar tanto “azedume político” a uma tão grande maioria CDS?-----

Porquê?-----

Porque a oposição tem apresentado ideias e propostas de compromissos em benefício de Vale de Cambra.-----

Porque tem projetos.-----

Porque percebe Vale de Cambra.-----

E os “pregoeiros” da maioria CDS sentem-se incomodados. Alegoricamente falando sentem-se tal e qual “vinho novo em odre velho” – Livro das Alegorias.-----

“A experiência tem duas filhas lindas: a Indignação e a Coragem. A indignação ensina-nos a não aceitar as coisas como estão. A coragem a mudá-las.”-----

“Enquanto houver vontade de lutar haverá esperança de vencer” – em ambos os casos citei Santo Agostinho.-----

E “a luta continua”. Vamos ver o que a campanha nos vai oferecer. Pelo estrépito da calçada logo veremos. Resta-nos encerrar esta nossa despedida com um pensamento de Richard Castle:-----

“Tudo acaba. Há uma verdade universal que todos precisamos de aceitar, querendo ou não: tudo acaba algum dia. Mesmo tendo esperado muito por esse dia, eu nunca gostei de finais... Mas finais são inevitáveis.-----

As folhas caem.-----

Você fecha o livro.-----

Diz adeus.-----

Hoje é um desses dias para nós.”-----

**O Senhor Deputado Municipal Independente, Albano de Oliveira Braga,** cumprimentou os presentes e dirigiu-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal afirmando desconhecer se se trata de uma sessão da Assembleia, a última, para si será a última de três mandatos, porque houve um pregador moral, um catequista e, como existe uma Ordem de Trabalhos, deveriam estar numa sessão da Assembleia Municipal. Isto porque, na sua opinião deverão fazer política desde a primeira sessão até à última do mandato e, até final de setembro, poderá haver ainda uma sessão extraordinária.-----

Acrescentou que continuará a defender Vale de Cambra à sua maneira e que existe uma ordem de trabalhos a cumprir e não vem fazer despedidas vem para fazer ação política e afirmar que continuará a “andar por aí”.-----

Afirmou ainda ter passado por três mandatos com diferentes Presidentes da Assembleia Municipal, três estilos diferentes; nos dois primeiros mandatos, um PSD e outro CDS nunca lhe foi cortada a palavra, o que aconteceu neste mandato, por duas vezes. Não o fazendo a um deputado da maioria e a um



vereador da maioria, nunca tal aconteceu; durante o seu primeiro mandato houve uma sessão em que alguns Presidentes de Junta saíram para não o ouvir.-----

O candidato Miguel Paiva afirma no seu info mail: “a Presidência de tão importante órgão autárquico tem de ser assumida sem dependências ou complexos, e com respeito pela pluralidade de opções e sensibilidades que a compõem.”-----

Dirigiu-se ao Senhor Presidente da Assembleia afirmando serem palavras bonitas mas que durante este mandato não corresponderam às suas ações. Fez cinco ou seis requerimentos para consulta de documentos dos processos de gestão normal na Câmara, que lhe foram recusados até ao presente, nomeadamente do Centro Social e Paroquial de Arões, um ajuste direto, um prédio na Av. do Emigrante, outro prédio na Av. do Emigrante, o Parque de Junqueira, entre outras situações. O Senhor Presidente juntamente com o Senhor Presidente da Câmara nunca permitiu que consultasse os documentos; isto para arrastar a situação, acabar o mandato e ir embora; mas lembrou ao Senhor Presidente da Câmara que vai “andar por aí”, enquanto cidadão tem direito a participar na vida da comunidade.- -

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara afirmou já ter colocado noutra sessão da Assembleia Municipal, uma questão sobre o Centro de Artes, parece-lhe que irá haver prorrogação de prazos, era para acabar no fim do mês de setembro, mas para quem passa por lá, a obra não estará terminada em dois ou três meses. Questionou o que se está a passar. Em relação à Biblioteca, já chamou à atenção para obras que ficaram mal feitas por parte do empreiteiro e ainda não houve uma retificação, isto há mais de um ano.-----

Relativamente à Zona Industrial de Algeriz, solicitou que o Senhor Presidente da Câmara lhe dissesse o ponto de situação, colocou a questão de dois pavilhões

2021.09.03

ilegais que lá estão construídos, sem um único projeto; estão lá a funcionar duas empresas, há saneamento ligado, água, energia, telecomunicações e o Senhor Presidente da Câmara não responde; ou seja, os Valecambrenses quando quiserem construir uma casa, um galinheiro, um canil, podem fazer à vontade porque não é preciso projetos nem pagar taxas. O Senhor Presidente da Câmara já afirmou que coloca [Deputado Albano Braga] questões pessoais mas nunca o fez acerca de quem quer que seja, legitimamente, enquanto Deputado Municipal, a sua função é fiscalizar os atos de gestão da Autarquia e coloca questões de gestão; se alguém lhe perguntar [ao Presidente da Câmara] se tem dívidas para com a Câmara tem que responder, não pode afirmar ser uma questão pessoal.----

**O Senhor Deputado Municipal, Henrique da Silva Dias,** cumprimentou os presentes e declarou o que se transcreve:-----

“Esta é a última sessão de trabalho do mandato da Assembleia Municipal eleita em Outubro de 2017.-----

Como órgão fiscalizador que é, exerceu ao longo destes 4 anos as suas funções, superiormente liderado pelo nosso Presidente Miguel Paiva e excelentemente secretariado pela Susana Silva e pelo Nuno Costa.-----

A eles, o meu bem haja, pela clara demonstração de competência, isenção e rigor, que permitiu que os trabalhos das várias dezenas de sessões, decorressem, sem atropelos da lei e com o respeito e equidade por todas as forças representadas nesta Assembleia.-----

Este mandato ficou marcado por uma pandemia, completamente inesperada que provocou algum descontrolo nos trabalhos, mas, sempre pautado pelo estrito cumprimento do regimento, nunca desrespeitando as normas que a mesma pandemia



impuseram e para as quais ninguém estava preparado, quer técnica quer emocionalmente.-----

Apesar de uma confortável maioria, nunca usamos esse poder, nunca nos furtamos ao diálogo e sempre soubemos acolher as sugestões quando apresentadas, com o único propósito de servir os valecambrenses. É e será sempre essa a matriz deste CDS, mesmo quando éramos oposição.-----

Infelizmente, nem sempre, a oposição soube entender isso e enveredou por estratégias completamente antagónicas, num claro desrespeito pelos órgãos (Câmara Municipal e Assembleia Municipal) muito em especial aos seus respetivos Presidentes.-----

Percebemos e aceitamos que por vezes, o calor de uma defesa de opinião, nos conduza a excessos, o que não percebemos, nem aceitamos é que isso seja feito de uma forma reiterada, fria e a roçar a deselegância.-----

Porém e ultrapassando essas pequenas «guerrilhas», a nossa avaliação deste mandato é positiva, acrescentou qualidade de vida aos cambrenses e estamos convencidos que o povo cambrense saberá nas urnas reconhecer esses méritos.-

Nesta hora de despedida, quero penhoradamente agradecer ao meu grupo municipal, pela confiança, pelos contributos que deram e pela lealdade democrática demonstrada. Foi um enorme prazer ter liderado esta bancada que acrescentou, na forma e no conteúdo à discussão a aprovação dos diversos assuntos que ao longo dos quatro anos fomos avaliando.-----

Uma palavra de apreço para toda a vereação com relevo especial para o senhor Presidente, pelo disponibilidade, humildade e transparência com que foram esclarecendo esta Assembleia dos diversos temas que eram submetidos à discussão.-----

2021.09.03

Um agradecimento muito especial ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela competência, isenção e dedicação que emprestou ao órgão, para que em cada sessão tudo decorresse com normalidade e aos deputados fossem fornecidos condições e documentação essenciais a uma boa decisão.-----

Como não posso também esquecer toda a oposição nesta Assembleia que tentaram sempre dar o seu contributo, nem sempre da melhor forma, mas seguramente, sempre com a melhor intenção e, neste particular quero lamentar o prematuro abandono das Exmas Doutoradas Rosa Anita e Adriana Rodrigues, porque enquanto marcaram presenças tiveram intervenções de mérito e sobretudo diferenciadoras.

A ambas a minha gratidão e estima por terem dado oportunidade de com elas ter partilhado um pouco da luta política . Espero e desejo que possam em breve regressar. -----

À Palmolive agradeço o precioso trabalho que desenvolveram durante todo este período da pandemia, sem o vosso trabalho não seria possível não só chegarmos junto dos nossos colegas que estão em casa, como também do público.-----

Uma palavra amiga para as senhoras secretárias da Assembleia pelo empenho e colaboração prestados, pela paciência e perspicácia na audição e transcrição das atas e ainda a pronta disponibilidade para fornecer os elementos que cada deputado a cada momento solicitava.-----

Um novo mandato se iniciará a partir de Outubro, cuja composição do Executivo e Assembleia sairá dos resultados que o povo valecambrense decidir livremente nas urnas em 26 de Setembro.-----

Felicito todas as candidaturas, muito em especial porque, todas souberam introduzir juventude nas suas listas, o que é um claro indicador de que afinal os jovens não se alhearam da política e estão motivados para dar o seu contributo para um



Concelho melhor, mais justo , mais inclusivo e onde as diferenças entre a serra e o vale sejam menos pronunciadas.-----

Permitam-me formular um desejo para que a futura Assembleia Municipal podendo manter a natural inflamação da discussão, todos saibam perceber que há sempre limites entre a opinião e a má educação, entre visão estratégica e decisão que cada força política entende como melhor, mais justa e menos dispendiosa.----

A chamada competição política tem regras próprias, devendo pautar-se pela apresentação de propostas concretas, pela capacidade de afirmação de ideias e argumentos, porque foi a população que delegou nos eleitos o poder de trabalharem na busca de melhores escolhas e soluções para o Concelho e não para alimentarem querelas partidárias ou pessoais.-----

Fazer política exige de quem vai exercer um cargo ou mandato, ter ética, assumir compromissos, ter dignidade, honestidade e conhecimento de que as nossas ações e decisões são importantes para traçar ou modificar um determinado caminho.-----

No dia de hoje, última sessão de Assembleia Municipal do mandato iniciado em 2017, deixo um apelo aos futuros autarcas, para que possam numa união de esforços e vontades fazer história, contribuindo para a dignificação dos órgãos para que forem eleitos, mas acima de tudo para o desenvolvimento e sustentabilidade do nosso Concelho.-----

Aproxima-se o período de campanha eleitoral, que fruto desta pandemia, será seguramente diferente de períodos anteriores. Porém não quero deixar passar o momento para lembrar o quão importante será manterem a elevação, na defesa das vossas propostas, sem rancores, ódios, ou malquerenças, porque felizmente vivemos em democracia, a vida é breve e o poder é sempre transitório e um concelho como o

2021.09.03

nosso precisa muito, que todos saibamos perceber que o bem comum deve ser o denominador comum de cada candidatura.-----

De tudo o que tentei transmitir, ficou claro que este é o meu último ato político.-----

Como em tudo na vida, há sempre um momento para a retirada e, no meu modo de ver, na política devemos fazê-lo enquanto a lucidez nos permitir pensar , agir, entender e reconhecer que o nosso lugar deve ser ocupado por aqueles que têm mais e melhores argumentos físicos e intelectuais para que a causa pública continue em permanente renovação.-----

Obrigado a todos, as minhas desculpas pelos erros que cometi e VALE DE CAMBRA sempre.”-----

**O Senhor Deputado Municipal, José do Nascimento Peres**, cumprimentou os presentes e dirigindo-se à Senhora Deputada Célia Tavares afirmou não ter percebido a sua intervenção.-----

Ao Deputado Albino Almeida disse que este era Presidente da Comissão para a Revisão do Regimento da Assembleia e, o Regimento não foi revisto; que a falha foi de todo o grupo de trabalho, sendo este Deputado (Albino Almeida) um dos principais culpados pois a determinada altura não se falou mais no assunto; acrescentou que fez parte da Revisão do Regimento anterior e conseguiram fazer um projeto de revisão do Regimento, levaram-no à Assembleia e foi aprovado.-----

Afirmou ainda existirem três tópicos que fazia questão de aflorar, neste período de antes da ordem do dia, em termos de balanço e de despedida:-----

Em relação à última sessão da Assembleia, disse ao seu amigo António Augusto, do PPD/PSD, que foi dos poucos que conseguiu tirá-lo do sério, ao apelidá-lo de mitómano e ao acusá-lo de ter criado, neste fórum, “precedentes orgânicos, antidemocráticos e anticívicos”, (citação), conforme muito bem consta da ata da última





sessão desta Assembleia. Mais disse ao Senhor Deputado que não é mitómano, isto significa, indivíduo que conta histórias e que acredita nelas, o que não acontece consigo; não rasgou o Regimento da Assembleia, não recorreu aos tribunais para exigir estatuto especial, que tampouco foi deselegante e indisciplinado ao ponto de o Senhor Presidente, eleito democraticamente, se ter visto obrigado a suspender uma sessão desta Assembleia.-----

Continuou, “Presunção e água benta, cada um toma a que quer” mas, que ninguém se iluda, a passagem por esta assembleia para alguns não foi, nem de perto nem de longe, tão meritória e isenta de equívocos como julgam ter sido.-----

Acrescentou dizendo ser hora de despedida e desejou tudo de bom para os que deixam a Assembleia e para os que por aqui irão continuar.-----

Para terminar, dirigiu-se ao Senhor Deputado António Augusto e afirmou que como habitualmente, não compreendeu muito bem o que disse ou quis dizer na sua prolixa e pretensiosa intervenção. Interrogou-se se seria deficit cultural ou intelectual seu; poderia ser. De um modo ou de outro, desejou-lhe as melhores, caro amigo e que recupere a confiança do partido que parece tê-lo descartado, certamente por também ele não ter percebido o mérito e a elevação do seu trabalho, ao longo do mandato que agora termina. Tudo de bom para si e que o futuro lhe sorria.-----

**O Senhor Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida**, dirigiu-se ao Deputado Municipal José Peres e afirmou o que se transcreve:-----

“O Senhor Deputado Municipal Peres é o expoente máximo do truque e da contradição política. Umas vezes assim, outras vezes assado. Oportunista. Vai-se alapardando consoante as suas conveniências. O Senhor transformou o seu lugar de ator político, para que foi eleito nesta Assembleia Municipal, num antro de

2021.09.03

maledicência. O Senhor é um segregacionista político que censura o que não convém a esta maioria CDS que está nesta Assembleia Municipal e na Câmara. O Senhor finge, finge e finge. E neste ponto é verdadeiro. O seu comportamento deixa a descoberto um mimetismo eleitoralista. O Senhor transformou esta Assembleia Municipal na "casa da batota". Mentiras, piadas, má língua, falta de educação, são, entre outros, os principais condimentos da sua forte censura. É um imenso pântano de "saloice suburbana."-----

Esta é a nossa cruzada por Vale de Cambra contra os "poderosos débeis" da maioria CDS que está na Câmara de Vale de Cambra que, constantemente, e sem vergonha abusam do poder!-----

Esta é a nossa batalha contra os "truques de Láparo."-----

**O Senhor Deputado Municipal, José do Nascimento Peres**, afirmou ter alguma dificuldade em defender-se das acusações e insinuações degradantes e vergonhosas que julga não merecer; é Deputado independente há cerca de 20 anos na Assembleia Municipal, sempre nas listas do CDS/PP; dá o seu melhor, continuará a fazê-lo e não deve ser mau porque está nas listas para as próximas eleições e o Senhor Deputado, que o acusa de tanta coisa mal feita, pelos vistos o partido não lhe renovou confiança.-----

**O Senhor Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida**, em intervenção complementar para responder ao Deputado Municipal José Peres afirmou: "Recomendo ao Senhor Deputado Municipal José Peres que vá à sede do PSD e peça o livro de reclamações."-----

**O Senhor Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida**, em defesa da honra afirmou que não considerou os Deputados Peres e António Augusto responsáveis pelo que se estava a passar; assumindo toda a responsabilidade;



acrescentou que, o que aconteceu foi, dada a sua preocupação, entregar a proposta ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que transcreveu na reunião de 22.11.2019; a responsabilidade a partir daí era de todos mas já estava nas mãos do Gabinete Jurídico. Citou ainda palavras do Senhor Presidente relativas ao ponto de situação do Regimento, em como este se encontrava para análise no Gabinete Jurídico; não esteve a sacudir responsabilidades, lamentou não terem levado a tarefa a “bom porto”. Acrescentou que se considerasse que a falha estava na sua responsabilidade estaria disponível para continuar os trabalhos.-----

**A Senhora Deputada Municipal, Filomena Maria Soares de Almeida Moreira,** cumprimentou os presentes e afirmou o que se transcreve: “É hoje a última Assembleia do nosso mandato, com ela também terminam as minhas funções como membro da bancada do CDS. Assim, não posso deixar de me despedir de tão nobres funções, que o Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara me convidaram a exercer e que os Valecambrenses, acreditando nestas pessoas também me elegeram.-----

Só tenho, pois, que agradecer a oportunidade que me deram de, durante quatro anos, representar os interesses dos Valecambrenses da melhor forma que soube, o que muito me honrou enquanto pessoa e enquanto Valecambrense, de alma e coração. Também um agradecimento à equipa do secretariado da Assembleia Municipal. Foi uma experiência muito gratificante, pela qual só posso estar agradecida. Desejo a todos as maiores felicidades e o progresso do nosso Concelho. Muito Obrigada!”-----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Paiva,** deslocou-se ao púlpito e após cumprimentar os presentes, fez a intervenção que se transcreve:-----

“Encerramos hoje, em termos de sessões, o mandato autárquico que se iniciou em 2017. Não obstante ouvi, aqui, hoje, falar de coartar, de gavetas, de casa da batota e, não vou comentar, são expressões livres, usadas livremente nesta casa que é uma casa de liberdade mas não posso deixar de recordar uma frase, de um escritor espanhol, do século XVI, que disse: “Quem recebe o que não merece, poucas vezes o agradece.”; lembrei, talvez por acaso.-----

Nessa medida, permitam-me que partilhe convosco o meu sentimento e a minha apreciação acerca deste mandato e do trabalho que desenvolvemos, não para fazer um balanço, pois esse cabe aos cidadãos eleitores, mas para vos congregar num espírito de dever cumprido que, certamente, todos comungamos apesar das diferentes perspetivas que temos.-----

Na verdade, no âmbito das funções que nos estão legalmente atribuídas, foram 4 anos de trabalho intenso, deliberando sobre os assuntos contidos nas propostas da Câmara Municipal (opções do plano, orçamentos, mapas de pessoal, descentralização administrativa, regulamentos, apoio às freguesias, planos estratégicos, poderes tributários, etc., etc., etc.), mas também acompanhando, apreciando e fiscalizando a atividade do Executivo, nas suas diversas áreas e valências.-----

Assim, apresentamos mais de uma centena de requerimentos, várias propostas, inúmeras reclamações, pedidos de informação, solicitações, entre muitos outros procedimentos.-----

Para além disso, a Assembleia Municipal afirmou-se e venceu a sua autonomia, sem complexos de espécie alguma, mas também nunca se deixando minorizar enquanto órgão, nem permitindo que se apoucasse cada um dos elementos que a compõem.-----



Aderimos à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, e assumimos funções nos órgãos sociais eleitos no seu 1º Congresso, precisamente para podermos ajudar, e ter uma voz ativa, nesse percurso de aprofundamento dos poderes das Assembleias Municipais, ou, mais concretamente, de concretização das prerrogativas contidas na própria Constituição da República Portuguesa, que nos confere estruturalmente o papel de representante de todos os cidadãos do Município, de agirmos em seu nome e de só perante eles sermos responsáveis, em termos políticos, obviamente.-----

Esta é uma caminhada que fizemos em conjunto. E o facto de termos, muitas vezes, perspetivas diferentes, e de preconizarmos soluções diversas, contribuiu para enriquecer o debate, valorizar o assunto e aprimorar o contributo deste órgão deliberativo.-----

Por isso, sem fazer quaisquer juízos sobre as posições e o conteúdo, louvo a prestação e agradeço, a todos os Membros desta Assembleia Municipal o contributo. Digo-vos que me sinto lisonjeado por ter estado convosco, agradeço-vos a colaboração, e a todos desejo saúde e que a vida traga a concretização dos vossos desejos.-----

Quando digo “Todos”, refiro-me mesmo a todos, ou seja, aos que aqui estão, aos meus pares na Mesa, aos Representantes das Bancadas, aos membros das diversas bancadas, ao Senhor Deputado Municipal não inscrito, mas também aos que renunciaram ao Mandato e aos que em regime de substituição, estiveram connosco em uma ou várias ocasiões.-----

A todos, muito obrigado.-----

2021.09.03

É certo, porém, que contamos com muitas outras boas vontades, que facilitaram o labor, agilizaram os procedimentos e ajudaram na concretização dos nossos propósitos.-----

Desde logo, os colaboradores (funcionários da autarquia e, em certas situações, amigos e prestadores de serviço externo).-----

Grato a todos, relevo, de modo particular, os funcionários da autarquia (administrativos, operários, quadros técnicos, chefias), a quem sobrelevo a constante simpatia, disponibilidade, competência e brio profissional, no que refere à prestação que tiveram connosco.-----

O meu reconhecimento vai na razão direta da proximidade e da frequência com que lidamos.-----

Muito obrigado.-----

Uma palavra de agradecimento é igualmente devida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, e a todos os vereadores, aos atuais e a quem, por ter renunciado ao Mandato, já não integra o executivo, aos da maioria e aos da oposição.-----

Registo, com particular agrado, a deferência com que todos se relacionaram comigo, com a Mesa e com a Assembleia Municipal.-----

Deixo-lhes, aqui bem lavrado, o meu reconhecimento e estima pessoal.-----

Finalmente, uma menção, de particular consideração e apreço, mas também de reconhecimento, aos Múncipes que nos acompanharam, assistindo pessoalmente às Sessões (intervindo ou não), mas que, desse modo, deram um contributo inestimável para a proficiência do trabalho que desenvolvemos.-----



*[Handwritten signature]*

Em síntese, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, chego a este dia ciente de que nem tudo está feito, de que nem sempre as coisas se fizeram bem, mas perfeitamente convicto de que fiz o melhor que pude, que soube e que as circunstâncias em cada momento permitiram.-----

Sou um homem grato a todos quantos me acompanharam nesta viagem – e é essa palavra de agradecimento que aqui deixo.-----

Muito obrigado.”-----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, cumprimentou os presentes e afirmou que tentaria responder, como habitualmente, às questões colocadas.-----

Em resposta ao Senhor Albano Braga sobre o Centro de Artes, informou que a obra está a decorrer na velocidade possível; num projeto de requalificação de um imóvel, onde as pré existências são muitas, a previsão do projeto não corresponde à realidade após algumas demolições; por outro lado, verificam-se faltas de materiais, falta de mão-de-obra, o que provoca alguns atrasos.-----

Relativamente à Biblioteca, como em todas as obras públicas, quando existem defeitos de construção nas obras existe um período para reparação de anomalias e o empreiteiro foi notificado das anomalias.-----

Em relação à Zona Industrial de Algeriz as obras referidas foram embargadas; não foi feita ligação de água ou saneamento.-----

Em resposta à intervenção da Deputada Célia Tavares que referiu o fazer a cidade e a habitação, afirmou ser exatamente isso o que está a acontecer com a aprovação da Estratégia Local de Habitação; em termos de formação profissional foi feito um trabalho muito sério, que aproveitou para agradecer, à ex-Vereadora, Eng.<sup>a</sup> Catarina, que realizou um trabalho com a Área Metropolitana do Porto com

2021.09.03

levantamento sobre as necessidades do tecido empresarial de Vale de Cambra. Mais informou que a FORESP e o ISEP homologaram 5 cursos técnico-profissionais superiores que estarão agora disponíveis em Vale de Cambra-----

Mais acrescentou que, há frases que marcam e a Senhora Deputada disse “Fazer Vale de Cambra é apoiar os que vivem na escuridão”, a propósito deste assunto, a Câmara Municipal recebeu, no dia anterior, o galardão de Autarquia Solidária, pelo apoio que prestou aos que vivem na solidão, que sofrem, que têm dificuldades, que têm necessidades educativas especiais, existem vários programas de apoio no terreno, a funcionar. Também as Freguesias têm sido apoiadas e, por fim, Vale de Cambra é um Município estável, de gente empreendedora, de gente que faz, gente que cria, é um Município que exporta, que tem uma baixa taxa de desemprego, que tem empresários que cada vez mais necessitam de mão de obra especializada e, deve haver articulação para ter essa mão de obra qualificada, ou trazer de fora pois Vale de Cambra precisa de pessoas e essas pessoas fixar-se-ão pela existência de emprego e habitação. Outras condicionantes importantes são também a qualidade de vida, as atividades culturais e desportivas que estiveram um pouco paradas devido à pandemia mas serão retomadas.-----

Afirmou ainda que, segundo os Censos 2021, Vale de Cambra apresentou um crescimento da população embora o somatório dos últimos 10 anos seja negativo. A tendência de decréscimo está a ser invertida.-----

O Senhor Manuel Campos referiu a paciência do Presidente da Câmara, obviamente todos necessitam ter paciência, ser resilientes, estar disponíveis, trabalhar para as pessoas; tem tentado sempre tratar todos de igual maneira e satisfazer as solicitações que lhe são feitas.-----





Para responder ao Senhor António Augusto que falou em azedume político, nunca o teve; os pregoeiros do CDS, nunca o foi e nunca se sentiu incomodado; o Deputado referiu também que “tudo acaba” e, efetivamente devia estar a referir-se a 20 anos de governação e que depois de a ter perdido deve ter sentido esse azedume e, tenta refletir no CDS e nas pessoas que foram eleitas nas listas do CDS esse incómodo.-----

**O Senhor Deputado Municipal Independente, Albano de Oliveira Braga**, em intervenção complementar relativa às obras, referiu que o Senhor Presidente disse haver relatórios; solicitou então aos Senhores Presidentes autorização para consultar os processos e respetivos relatórios técnicos na próxima semana.-----

**A Senhora Deputada Municipal, Célia Maria dos Santos Tavares**, dirigiu-se ao Senhor Peres e afirmou que este não percebeu a sua intervenção mas que o Senhor Presidente da Câmara percebeu.-----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, informou ao Deputado Albano Braga que não poderá responder-lhe durante o decorrer da sessão, mas que lhe dará uma resposta na segunda-feira, no sentido de verificar essa possibilidade de consulta.-----

**O Senhor Vice-Presidente, António Alberto de Almeida Matos Gomes**, cumprimentou os presentes e informou que em relação às obras particulares, embargos, o Deputado Municipal poderá consultar os processos, basta contactá-lo.-----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, informou que em relação aos relatórios de obras do Centro de Artes e uma vez que existe uma equipa de fiscalização externa, dará uma resposta na segunda-feira.-----

2021.09.03

Acrescentou ainda que, sendo a última sessão da Assembleia Municipal do presente mandato, pretendia fazer um pequeno balanço do trabalho feito, das dificuldades encontradas, que se transcreve:-----

“Demos corpo a um notável investimento no ensino, quer em moderna tecnologia, quer na requalificação do parque escolar, pensando assim nas nossas crianças. Fizemos um investimento considerável em ciclovias, cumprindo com o objetivo europeu e mundial de contribuir para a descarbonização e melhorar a mobilidade urbana sustentável. Fizemos um grande investimento na expansão da rede de água e saneamento, temos mais obra lançada nesta tão importante vertente e inúmeros projetos em execução. Connosco deu-se um grande passo na instalação de milhares de lâmpadas LED na iluminação pública, e ainda este ano outros milhares serão substituídos. Fizemos importantes investimentos na regeneração urbana, valorizando a nossa cidade com a requalificação de ruas, bem como do património edificado. Estivemos, e estamos, ao lado das nossas IPSS num momento tão difícil por que passaram e estão a passar.-----

Desenvolvemos inúmeros projetos de cariz social, dando apoio às famílias mais necessitadas. Estivemos ao lado das nossas associações repondo e reforçando os apoios que tinham sido cortados e reforçando a atenção e importância que as mesmas têm no panorama desportivo e cultural.-----

Demos corpo à requalificação das vias do nosso Município, sendo este um processo dinâmico que está em permanente evolução. Olhamos para a segurança das nossas vias aplicando rails de proteção em locais de maior sinistralidade e/ou perigosidade.-----

Reforçamos de forma considerável o apoio financeiro às Juntas de Freguesia.-----

Instalamos redes wi-fi gratuitas nas sedes de Freguesia e em vários locais públicos.-----



Melhoramos a qualidade da água com investimentos em tecnologia e nos meios físicos de contacto, sem com isto mexer no preço que é dos mais baixos do Distrito de Aveiro e Área Metropolitana do Porto.-----

Melhoramos dezenas de quilómetros de caminhos florestais.-----

Valorizamos as nossas praias fluviais.-----

Instalamos parques infantis em várias Freguesias.-----

Estamos a requalificar o nosso cinema para ser devolvido a toda a comunidade, tornando-o num moderno espaço de cultura e ensino da música e artes.-----

Trouxemos para Vale de Cambra o ensino superior profissional.-----

Os acessos ao nosso Concelho foram requalificados, quer a ER 227 quer a EN 224 que ligam a S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis respetivamente.-----

Construímos a Casa da Broa de Paraduça, a Casa de Trebilhadouro, o Centro Interpretativo da Serra da Freita, o Centro de Vacinação instalado no Pavilhão de Lordelo, as candidaturas para as IPSS num valor da ordem dos 900 mil euros...mas muitas oportunidades surgirão para o efeito.-----

Deixo aqui um agradecimento especial ao Grupo Desportivo e Cultural de Lordelo pela cedência do Pavilhão Ilídio Pedro e também a todas as equipas que estiveram no processo de vacinação.-----

Importa agora pensar no futuro e não deitar por terra todo o trabalho feito e todo aquele que está em construção, de que me permito destacar a estratégia Local de Habitação, que permitirá investir alguns milhões de euros na habitação; o Plano Estratégico para o Turismo, interrompido pela pandemia; a construção do Ecotrilho do Rio Teixeira, em parceria com os Municípios de S. Pedro do Sul e Oliveira de Frades; o Projeto de Valorização Turística do Rio Caima (que está

2021.09.03

pronto para implementar); a ligação de Carvalheda à Serra da Freita (que está em concurso); a via de acesso à Senhora da Saúde (cujo projeto está a ser elaborado); a expansão de áreas industriais (com projetos em curso); a expansão da Zona Desportiva Municipal (com estudo a ser elaborado); a requalificação da Escola de Vila Chã (com concurso a abrir brevemente); a requalificação da Envolvente ao Mercado Municipal; a expansão da rede de água e saneamento; transformar Vale de Cambra numa Smart City; uma nova rede de transportes públicos e tantos outros investimentos que serão alicerçados no PRR e no Portugal 2030.-----

Afirmou ainda pretender deixar um profundo e sentido agradecimento a todos aqueles que nestes últimos dezoito meses estiveram na linha da frente no combate à pandemia: Câmara Municipal, Estruturas de saúde (profissionais de saúde e técnicos ligados a esta área), IPSS's, Bombeiros, GNR, Associações, Proteção Civil Municipal, Famílias, aos industriais e comerciantes que tiveram de se adaptar e ser também agentes ativos na luta contra a pandemia. Uma palavra também para aqueles, e foram muitos, que estiveram com Covid-19 positivo, espero que estejam bem e alguns que tiveram sequelas votos de boa recuperação.-----

Alguns dos nossos amigos e familiares perderam a vida fruto desta pandemia pelo que deixo a sugestão ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para que todos guardem 1 minuto de silêncio em sua memória.-----

Termino agradecendo a todos a colaboração, aos meus Vereadores, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e às Senhoras e Senhores Deputados Municipais, aos colaboradores da Câmara Municipal e a todos os Valecambrenses por tudo aquilo que fizeram nestes últimos quatro anos, tempos verdadeiramente difíceis e exigentes, tempos desafiantes mas estando certo que estiveram à altura desse desafio.-----



Dentro de poucos dias avançará o concurso para as novas instalações para GIPS da GNR cuja candidatura foi aprovada.-----

Domingo será a entrega de uma nova viatura aos Bombeiros facto que acontece pela primeira vez na Câmara Municipal, uma auto escada para socorro em altura e que colmata uma necessidade do Município e dos Bombeiros.-----

Foi também aprovada uma candidatura para constituir uma segunda EIP – Equipa de Intervenção Permanente, cuja discussão está agendada.-----

Ontem Vale de Cambra recebeu mais dois reconhecimentos: Cinco anos de Município Amigo do Desporto e Autarquia Solidária pelo trabalho fantástico desenvolvido nesta área.-

Por tudo isto e muito mais que haveria para dizer, o meu profundo agradecimento a todos. Tudo o que referi é vosso, com a vossa colaboração e é feito a pensar no bem comum, sempre no bem comum, sempre a pensar em todos.-----

Muito Obrigado”-----

O Senhor Deputado Municipal Independente, Albano de Oliveira Braga, referiu que o Senhor Presidente da Câmara fez um exercício de campanha eleitoral; a viatura para os Bombeiros, neste período eleitoral ou pré-eleitoral, o Senhor Presidente sabe que não pode fazer determinados atos e iniciar obras. Relativamente à água, a taxa mais baixa do Distrito e da AMP, foi uma conquista que os Deputados do CDS/PP conseguiram no mandato de 2009 a 2013, conseguindo impedir a privatização da água em Vale de Cambra.

O Senhor Presidente falou ainda em Ensino Superior, mas este não existe em Vale de Cambra, o que existe é ensino superior de curta duração mas deveria ser dado o passo em frente junto da Universidade do Porto e Universidade de Aveiro e tentar implementar o ensino superior em Vale de Cambra.-----

2021.09.03

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, afirmou nunca ter dito ensino superior, mas sim cursos técnico profissionais superiores.-----

O **Senhor Deputado Municipal, António Augusto**, em relação ao minuto de silêncio afirmou estar de acordo e ser um sentimento comum a todos.-----

Neste momento, sob proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, e com o acolhimento por parte da Mesa, Bancadas com assento na Assembleia Municipal e Deputado Municipal Independente, a Assembleia Municipal e os presentes, fizeram um minuto de silêncio pelos que faleceram vítimas da Pandemia COVID-19.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

**1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, introduziu a apreciação do ponto em título, fazendo referência a uma nota deixada pelo Deputado José do Nascimento Peres.-----

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, referiu existir efetivamente lapso e que, na página 45, reportando-se ao processo 49/16.1BEAVR no último parágrafo onde se lê "entidade demandante", deveria constar "entidade demandada".-----

**A Assembleia Municipal** tomou conhecimento da Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da situação financeira deste (com a retificação apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal), no período de 1 de junho a 20 de agosto de 2021, remetida por ofício



ref.ª 7019/GAP, datado de 25 de agosto e que, deu entrada nesta Assembleia Municipal sob o n.º 134, de 26/8/2021.-----

**2. FIXAÇÃO DA TAXA DE IMI - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE JULHO DE 2021: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva** introduziu a apreciação do ponto 2 e passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

**No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, referiu que a presente proposta vem no seguimento daquilo que tinha sido um compromisso assumido por este Executivo de abaixamento de impostos. Vale de Cambra tem atualmente a taxa mínima de IMI que é 0,3 e também um desconto suplementar que tem que ver com o facto das famílias terem um, dois e três ou mais dependentes a cargo, fazendo essa mesma redução da carga fiscal de 20 € para um pendente, 40€ para 2 dependentes e 70€ para três ou mais. Não há alteração em relação ao ano anterior porque efetivamente a taxa está já no mínimo permitido por lei. Este é um Município que se preocupa com os seus Municípes e com uma redução sempre gradual da carga fiscal. -----

**Não havendo inscrições, passou-se à votação.**-----

Nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27 de julho p.p., a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 27 membros presentes, fixar em 0,30% a taxa de IMI a aplicar nos prédios urbanos, bem como aprovar uma redução da taxa do IMI, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente, atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário, nos seguintes termos: 1 dependente a cargo -

dedução fixa de € 20,00; 2 dependentes a cargo – dedução fixa de € 40,00; 3 ou mais dependentes a cargo – dedução fixa de € 70,00. -----

**3. FIXAÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE JULHO DE 2021: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva** iniciou a apreciação do ponto 3 e passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para esclarecimentos adicionais.-----

**No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, explicou, com toda a frontalidade, abertura e transparência que os caracteriza que, inicialmente, tinham a intenção de fazer manter esta taxa no valor que estava o ano passado, dado que uma redução fiscal em ano de eleições pode ser interpretada como medida eleitoralista, do que não queriam ser acusados. Contudo, no decurso da reunião da Câmara Municipal os Vereadores Pedro Almeida e Nelson Martins propuseram, no seguimento do que até já tinham proposto anteriormente, no sentido de devolver 2,5% de IRS, acolheram a proposta, tornando-a consensual, transversal e subscrita por todos os partidos que compõe a Câmara Municipal, e vão devolver mais meio por cento de IRS às famílias. Isto significa, entre aquilo que é a redução do IMI ao que se soma este benefício em sede de IRS, qualquer coisa como 1,6 milhões de euros que se vão devolver às famílias. Importa o apoio dado à comunidade, desde que não ponha em causa obviamente a sustentabilidade da Câmara Municipal. O caminho tem sido feito e tem sido trabalhado nesse sentido. -----

Nestes termos, propõe-se à Assembleia a Participação Município no IRS em 2,5%.-----





**De seguida, interveio o Deputado Municipal Albino Luís de Almeida,** recordando que, aquando da discussão desta taxa no ano passado e devido à situação de Pandemia, a sua bancada ter proposto baixar a participação do Município para 2,5%, assente na fundamentação de não se saber até onde iria esta Pandemia, mas tal não foi aceite. Hoje congratula-se com a proposta que já haviam apresentado o ano passado. -----

**No uso da palavra o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida,** após cumprimentar todos os presentes na sala e os que acompanham a sessão on-line, sem prejuízo de uma outra intervenção que fará no ponto seguinte em que procurará abranger toda a política fiscal do Concelho, já que nesse ponto irão deliberar sobre mais um dos impostos municipais; referiu que relativamente à proposta que já havia no ano passado da parte do senhor vereador do partido socialista de diminuir a participação do IRS do Município e aumentar a devolução às famílias para 2,5%, recordou que, o que fundamentava esse aumento de devolução do ano passado não é mesmo deste ano, o ano passado justificava-se com a situação que infelizmente vivíamos e ainda estamos a viver por causa da Pandemia e com a necessidade de responder às debilidades das famílias que estavam a ser afetadas, nomeadamente nos seus rendimentos, pela Pandemia; recordou ainda ter esclareceu, no ano passado, que este efeito só se iria produzir agora em 2022; mas havia um outro aspeto que era fundamental, o IRS é um imposto progressivo em que as taxas aumentam progressivamente conforme o nível de rendimento das famílias, ou seja, é um imposto em que as famílias que têm maior rendimentos pagam mais imposto do que as famílias que têm rendimentos mais baixos, sendo que, inclusivamente, há um mínimo de rendimento até ao qual estão dispensadas de pagar IRS; acontece que quando se está a devolver IRS às famílias também se está a privilegiar as famílias de maior

2021.09.03

rendimento, porque está-se a devolver mais dinheiro do que às famílias de menor rendimentos e, no caso concreto de famílias que não atingindo um nível base de rendimento até nem se devolve nada porque já não pagam imposto, e as famílias que estavam e estão a ser mais afetadas pela pandemia do COVID são precisamente as famílias de mais baixos rendimentos; assim, aquilo que, na altura, defendia é que devia haver solidariedade de todos, fundamentalmente daqueles que tinham maior rendimento, devolvendo assim menos imposto para que a Câmara Municipal pudesse usar esses meios financeiros na proteção das famílias mais desfavorecidas. -----

Neste momento, a proposta tem um fundamento geral, do qual partilha, que tem que ver com a política fiscal do Concelho e a atração das pessoas.-----

**Não se registando mais intervenções, passou-se à votação do ponto.**-----

Nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27 de julho p.p., a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 27 membros presentes, fixar em 2,5% a participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativamente aos rendimentos do ano imediatamente anterior. -----

**4. APLICAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE JULHO DE 2021: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva** introduziu a apreciação do ponto 4, explicando a proposta da Câmara de 27 de julho p.p., passando, de seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para esclarecimentos adicionais.-----

**No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,** referiu que mantém a taxa da Derrama em 1%, a aplicar sobre o lucro das empresas, sendo concedida isenção aos sujeitos



passivos com um volume de negócios, no ano anterior, superior a € 150.000,00, bem como seja concedida isenção da Derrama aos sujeitos passivos que se tenham instalado neste Concelho em 2021 e aqui tenham fixado a sua sede social, desde que tenham criado cinco ou mais postos de trabalho.-----

É uma proposta equilibrada e justa.-----

**Interveio o Deputado Municipal Independente, Albano de Oliveira Braga,** começando por referir ter sido sempre crítico quanto às propostas apresentadas sobre este imposto da Derrama. Entende que, contrariamente ao imposto do IMI e IRS, este é um imposto que é cobrado aos agentes económicos sobre os lucros, e como tal deve ser aumentado. O imposto da Derrama deve ser aumentado e deve sempre ser cobrado, o Executivo de qualquer Câmara Municipal deve dizer aos seus cidadãos que essa verba cobrada deve ser alocada a uma área de atividade. Tecnicamente não há desemprego em Vale de Cambra, a questão demográfica é a maior questão a resolver no Concelho. A questão demográfica é a questão nuclear, infelizmente os censos 2021 vêm confirmar que Vale de Cambra é dos Concelhos no topo daqueles com crescimento demográfico negativo mais acentuado. Esta é uma questão que não se vai resolver "com um estalar de dedos", não se vai resolver de um dia para o outro; vai ser para resolver talvez em duas gerações e quem vier a seguir sejam eles quem forem terão de ter a questão demográfica na sua agenda, como primeiro ponto. Para isso tem que haver mecanismos, isto é, políticas municipais para tentar reverter, no espaço de duas gerações, esta situação. Os jovens continuam a sair de Vale de Cambra, pese embora o Concelho tenha os impostos mais baixos do País, a água é baixa, contudo a questão da habitação ser da mais cara do País é um problema e muitas centenas ou milhares de jovens saíram, mas isto não é um problema de meia dúzia de anos, já vem de há 20 ou 30 anos, mas a comunidade tem de resolver

2021.09.03

esta questão. E a comunidade são os empresários, os agentes económicos, os cidadãos - todos nós, a Câmara municipal, são as instituições a todos os níveis, que têm de refletir e em conjunto encontrar um caminho, porque se não for encontrado o caminho, não há solução e Vale de Cambra dentro de 30 anos terá uma população de 16000 mil habitantes. As empresas de todos os ramos de atividade estão a empregar e não há mão-de-obra qualificada, aquilo que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara e pela Deputada Célia Tavares é verdade, não há mão-de-obra qualificada em nenhum setor de atividade, mesmo as empresas querendo mão-de-obra indiferenciada não encontram, aquela que vem dos Concelhos limítrofes causam aumentos no custo da mesma, porque ninguém se desloca de São João da Madeira ou de Arouca pelo mesmo preço se vivesse em Vale de Cambra. -----

O imposto da Derrama devia ser alocado a um desígnio indicado pela Câmara Municipal de Vale de Cambra que poderia ser na área cultural, do desporto, na área social, na água e no saneamento ou no apoio às jovens famílias.-----

No que se refere à questão da Derrama por si levantada há algumas sessões, disse constar da documentação um quadro com a realidade das verbas cobradas nos últimos anos, não há confusões. Vai seguir o conselho que o Sr. Presidente da Câmara lhe deu, em virtude de ainda não ter sido cabalmente esclarecido, e consultar as Entidades que superintendem a matéria dos impostos. Quando tiver essa resposta, entregará a mesma, seja ela qual for e quando ela vier quer venha rápido quer demore. Pode acontecer não receber resposta, como já lhe aconteceu com algumas entidades a quem pediu pareceres e que lhe foram negados, porque há instituições que se “curvam e não querem levantar ondas às Câmaras, sejam elas de que cor forem”, ninguém quer incomodar os poderes instalados.-----



**Interveio o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida,** referindo que, nesta sua intervenção, vai abarcar três pontos - este e os dois anteriores já que todos eles têm que ver com impostos municipais e, no fundo, com a política fiscal do nosso Município. Saliu que tem sido uma política fiscal virada para as pessoas, virada para as empresas, uma política solidária e inclusiva, que se preocupa mais em que famílias e empresas possam prosseguir com a qualidade da sua vida e com as suas atividades operacionais de forma mais justa e pagando menos ao erário público e procurando também desenvolver.

Vale de Cambra, dentre os 17 concelhos da AMP (Área Metropolitana do Porto), é aquele que tem uma política fiscal mais vantajosa. São as pessoas e as empresas de Vale de Cambra que pagam menos impostos municipais, dos 17 concelhos da AMP. Afirmou ainda que, por exemplo, em termos de IMI só três Concelhos - Vale de Cambra e mais dois, têm a taxa mínima de IMI e a redução familiar em toda a sua dimensão, que são Vale de Cambra, Arouca e Oliveira de Azeméis; na situação atual e ainda antes de se aprovar a participação no IRS era Vale de Cambra que tinha a taxa de devolução mais alta da AMP e que é o dobro da segunda taxa mais alta, que era a Vila Nova de Gaia e a da Póvoa de Varzim com 2% contra 1% destes concelhos, sendo que apenas 6 Concelhos dos 17 da AMP devolvem IRS as famílias, onde está incluído também o Concelho de Vale de Cambra; Em termos da Derrama é o segundo Concelho da AMP que tem a Derrama mais baixa, depois da Trofa, que aplica 0,75% mas nem sequer isenta as micro empresas, aquelas que têm um volume de negócios mais baixo, Vale de Cambra aplica 1%, mas isenta estas micro empresas. Portanto, no fundo, o Município tem nestes anos demonstrado que não se importa só consigo enquanto instituição mas com todas as pessoas do Concelho e com todas as empresas de Vale de Cambra. É nesse sentido que, pelas suas contas, por exemplo que, num

2021.09.03

ano como 2021, são transferidos para as empresas e para as pessoas do Concelho cerca de novecentos a um milhão de euros, e com este dinheiro ajudamos a economia local, as famílias a ter uma melhor qualidade de vida e as empresas a investirem mais e portanto a criarem mais emprego e gerarem mais riqueza. -----

Acrescentou que, há pouco, falou-se na Derrama e alguns tentam “diabolizar” os resultados das empresas, mas são estas é que criam riqueza e investem e para isso têm que ter uma política fiscal equilibrada e se o Estado Português, na maior parte dos casos, não tem essa política, quando é possível os Municípios têm alguma liberdade de a definirem que sejam eles a melhorar essa política.-----

Foi aqui referido pelo Deputado Albano Braga que seria de aplicar a Derrama pela taxa máxima para algumas obras e fins nomeadamente sociais, mas que o Sr. Deputado desconhece é que o artigo 9.º C, da Lei das Finanças Locais tem uma regra – A regra da não consignação – que impede que qualquer Câmara afete um imposto, ou qualquer receita, a uma determinada despesa, a não ser em casos excepcionais que nada tem a ver com impostos municipais que é o chamado Princípio da Tipicidade das Consignações que define, de facto, algumas exceções; agora é absolutamente proibido pela Regra da Não Consignação aplicar a Derrama ou outro imposto municipal a qualquer tipo de despesa.-----

Relativamente à referência à situação demográfica do Concelho, admitiu ser realmente dramática, pois em vinte anos (desde o ano 2000) perdemos 3519 pessoas e, nos últimos dez anos perdemos 1585 pessoas. Mas, quis dar uma boa notícia, provavelmente para além do emprego criado no Concelho, para além de outros fatores que são positivos e atraem as pessoas, também os impostos têm essa missão de ajudar a fixar os Valecambrenses e a atrair outros para cá; e desde 2016 para cá houve uma inversão dessa tendência demográfica, até 2016



tinham uma perda de cerca de 200/ano, aliás em 2016 o Concelho de Vale de Cambra perdeu 235 pessoas, mas em 2017 já só perdeu 151 e em 2018 perdeu 126, que ainda é muito, mas em 2019 já só perdeu 72 e em 2020 perdeu 60 e, neste ano corrente, a população cresceu pela primeira vez nos últimos 20 anos. Isto são números fantásticos, atendendo a que o Concelho de Vale de Cambra tem uma taxa de natalidade, de acordo com os dados do INE de 2018, de 5,6‰, mas tem uma taxa de mortalidade de 10,6‰, ou seja temos um défice natural de 5‰, em cada cinco pessoas que nascem no concelho morrem mais cinco do que aquelas que nascem, isto é como temos uma população de vinte e uma mil pessoas perdemos em termos de saldo natural cem pessoas por ano; para que a população não caia temos de ter um saldo migratório superior a cem, ou seja, têm de entrar em Vale de Cambra mais cem pessoas do que aquelas que saem e, felizmente, pela primeira vez em 2019 já tivemos um saldo migratório positivo de 19 pessoas, e para 2020 e 2021 ainda não existem números definitivos, mas para evolução que a população teve tivemos de ter necessariamente e, em 2021, esse saldo migratório foi já superior a 100 pessoas. -----

Portanto, considera que a política fiscal que a Câmara Municipal implementou nestes dois mandatos, pode ser uma boa ajuda para que este saldo migratório seja uma realidade e que seja possível consolidar esta inversão que aconteceu em 2021 e manter o crescimento da nossa população.-----

**Retomou a palavra, o Deputado Albano Oliveira Braga, em intervenção complementar,** referindo que o Deputado José Soares tem uma obsessão pelas suas palavras que ali profere. Uma vez que foi o único que interveio sobre a derrama o Deputado José Soares aplicou-lhe a palavra “diabolizar”, contudo quis-lhe dizer que, felizmente fruto das suas poupanças e investimentos recebe todos os anos em IRS dividendos de empresas, sociedades anónimas e empresas

privadas cá no Concelho e fora, portanto não é contra os lucros das empresas, pelo contrário, se não houver criação de riqueza não há hipótese de remunerar bem e cada vez melhor os seus colaboradores, as empresas não podem fazer investimento, não podem criar riqueza, portanto solicitou ao Deputado José Soares que retirasse a palavra “diabolizar”, pois que não diaboliza as empresas. Aliás, acrescentou, pagar impostos em três Concelhos, numa Câmara de um Concelho CDS, numa Autarquia do PS e noutra da CDU, e sabe muito bem as diferenças de impostos e em regiões diferentes do País. Conhece também muitos empresários nestes Concelho, fora do Concelho e por esse País fora e, a maior parte, salvo algumas raras exceções pela negativa, nem têm tempo para usufruir daquilo que conseguem criar riqueza para o País, para o seu Concelho e para a sua família. Sabe muito bem o que é uma vida de empresário, exceto aqueles que não são empresários pois há pessoas que não são empresários são patrões, mas isso é outra história. Quando o Deputado José Soares o acusa de diabolizar as empresas, não percebe onde é que o Deputado foi buscar isso, não sabe se teve um sonho, algum pesadelo esta noite com a sua pessoa e veio cá aplicar isso. Afirmou não ter problemas em mostrar as suas declarações de IRS e as evidências de como tem recebido ao longo dos anos dividendos.-----

**Neste momento, ausentou-se da sessão o Senhor Presidente da Câmara Municipal, ficando a representar aquele órgão executivo, o Senhor Vice-Presidente, António Alberto Almeida de Matos Gomes.-----**

**No uso da palavra a Deputada Municipal Célia Maria dos Santos Tavares proferiu a seguinte intervenção: “Porque da Derrama estamos a falar, parece-me já ter sido feita aqui a explicação exaustiva do que é o imposto da Derrama, apenas para referir o seguinte: os empresários Valecambrenses na realidade não me parece, sinceramente, que estejam muito preocupados, muito assoberbados**





na sua labuta diária empresarial com este imposto, porque sabemos que para a obtenção de lucro, para chegar à obtenção do lucro contabilístico muito se anda.--

Parece-me que eles estão mais preocupados naquilo em que o Município os pode ajudar. Uma das sugestões que deixaria, por exemplo, foi um empresário que ouvi há uns tempos, foi o preço da água cobrada aos empresários. É certo que até pode ser pouco, mas para quem ganha pouco é muito. Referiram-me essa situação, ou seja, que algumas empresas que gastam muita água têm algumas dificuldades com isso, e lançava esse repto à Câmara nesse sentido; também no escoamento dos seus resíduos, dos seus desperdícios, numa luta nesse sentido poderíamos também ajudar os empresários; e gostava também de lançar um repto no sentido de enaltecer mais o trabalho dos empresário em Vale de Cambra, porque todos nós estamos de acordo que somos um Concelho empreendedor, de indústrias, mas se calhar não estamos a tratar da melhor forma os nossos empresários, alguns deles por exemplo que gostam e querem fazer investimento no nosso Concelho e a quem não está a ser dado o devido apoio.----

Finalizava só por fazer uma questão ao Sr. Presidente da Câmara se fosse possível, neste momento na pessoa do Sr. Vice-Presidente, se é ou não verídico aquilo que li e ouvi dizer, e isto a propósito da proposta que vos apresentava no início da formação profissional, que vai nascer no Concelho limítrofe a Vale de Cambra uma incubadora industrial, que resultou de uma candidatura e projetos intermunicipais, se é ou não verdade que isto vai nascer, e digo onde, em Escariz, Arouca; se Vale de Cambra pretendeu ou não candidatar-se também a esta incubadora, que parece ser bastante importante precisamente para ajudar os pequenos empresários que se estão a lançar e quem sabe chegarmos ao ponto do aumento também da população em Vale de Cambra; se Vale de Cambra fez também candidatura ou não e em que ponto se encontra?"-----

2021.09.03

**O Senhor Vice-Presidente, António Alberto Almeida de Matos Gomes**, em resposta à Deputada Célia Tavares referiu que dirigem o Município de Vale de Cambra e não o de Arouca; assim como, que a incubadora é uma questão que vem do tempo em que a Senhora Deputada era então Vereadora da Câmara Municipal e que ainda não foi concretizada. Existindo um lote na Z. I. do Rossio definido para o efeito, portanto julga fazer parte da política do atual executivo e do executivo do CDS que se pretende candidatar a construção de uma incubadora em Vale de Cambra.-----

**Não se registando mais intervenções, passou-se à votação do ponto.**-----

Nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27 de julho p.p., a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 26 votos a favor e 1 voto contra (do Deputado Municipal independente Albano Oliveira Braga), fixar a taxa da Derrama sobre o lucro sujeito e não isento de IRC deste Município em 1% dos sujeitos passivos com um volume de negócios, no ano anterior, superior a € 150.000,00 e isentar da Derrama os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00, assim como isentar os sujeitos passivos que se tenham instalado neste Concelho em 2021 e aqui tenham fixado a sua sede social, desde que tenham criado cinco ou mais postos de trabalho.-----

**Declaração de voto do Deputado Municipal Independente, Albano Oliveira**

**Braga:** “Eu votei contra pelas razões da intervenção que aqui fiz há um bocado. E, quero levantar outra questão, eu entendo, até porque não recebi esclarecimento em tempo útil que o Sr. Deputado José Soares na questão da Derrama não devia ter feito qualquer intervenção nem feito a votação, porque sendo o Deputado administrador de duas ou três sociedades anónimas, como ele próprio disse, não devia estar na votação, nem no debate do imposto da Derrama.”-----



Foi concedida a palavra pelo Sr. Presidente da Assembleia ao Deputado José Soares, para defesa da honra, proferindo: “Não é que eu me sinta desonrado, mas tenho de esclarecer aqui que não há qualquer conflito de interesse. Aliás, eu também não percebo porque é que o Sr. Deputado [Albano Braga] votou na Participação no IRS porque também com certeza paga IRS e beneficia disso, e porque é que também votou nas taxas do IMI porque provavelmente também é proprietário e também beneficia das taxas. Numa situação dessas, ninguém poderia votar, ou quase ninguém.”-----

Concedida a palavra, em direito de resposta, ao Deputado Municipal Independente, Albano Oliveira Braga referiu: “Democraticamente e humildemente, digo que o Deputado José Soares tem razão, isto não é uma questão de desonra ou de honra, nem ele considera isso nem eu. É uma questão de interpretação minha e eu sou leigo nas questões de direito e eu perguntei, já apresentei a questão a quem de direito em termos jurídicos, mas não recebi a resposta em tempo útil, já o fiz aqui há dois ou três meses quando a questão foi levantada em sessão anterior. Quando eu receber a resposta, se for dito que o Sr. Deputado ou qualquer outro Deputado que tenha estes cargos em empresas pode votar e apresentar respostas, eu virei cá dizer: está aqui o resultado à pergunta que eu fiz, quer seja sim ou não, apresentarei a resposta. Não há aqui questões de honra ou desonra.”-----

Por fim, queria pedir aos ilustres colegas Deputados Municipais que isto não é uma questão de estarem a rir, a cochichar e a criticar. Todos temos direito a opinião, mesmo que ela esteja errada. Depois a maioria vota, vota por maioria, e temos de nos sujeitar ao voto, o povo tem razão e quem tem mais votos governa. É isso que temos agora. Só porque o Deputado José Soares vem aqui falar a

seguir quando não há uma questão de honra ou desonra, parece-me de muito mau gosto os comentários laterais e esses risos que incomodam.”-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva** referiu que, “os apartes fazem parte das normas regimentais das assembleias municipais e da Assembleia da República também, desde que, obviamente, não perturbem o andamento dos trabalhos nem ofendam quem quer que seja.”-----

**Reentrou na sala o Sr. Presidente da Câmara Municipal assumindo novamente as suas funções de representante do Órgão Executivo.**-----

**5. FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE JULHO DE 2021: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** introduziu a apreciação do ponto 5, passando de imediato a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,** referiu que esta taxa a que o Município tem direito não tem dado grandes proveitos a favor deste. O valor deste ano ainda pode ser ajustado mas que, até à data, era bastante baixo, menos de metade do ano passado, acredita contudo que até ao final do ano o valor possa ser aproximado do anterior, até porque não houve redução de redes, pelo contrário tem havido aumento de redes associadas às telecomunicações.-----

Não há mecanismos que permitam fazer um cuidado acompanhamento desta cobrança e número de redes instalado. De qualquer forma, é um direito que Vale de Cambra tem e daí a aplicação da taxa de 0,25% que se propõe para 2022.-----

**O Senhor Deputado Municipal, António Augusto Pinho Soares de Almeida,** referiu, conforme citação: “Relativamente a este ponto, ao longo deste mandato



2021.09.03

2017 até agora, quando se abordou este ponto, nos anos em que se abordou, eu disse precisamente aquilo que o Sr. Presidente da Câmara veio dizer agora, “falta de mecanismos de cobrança que façam o acompanhamento da boa cobrança da taxa municipal de direito de passagem”. Se a memória não me atraiçoa, eu disse sempre quanto à relação custo/benefício na execução do acompanhamento, ou éramos fiáveis ou andaríamos a correr atrás do prejuízo. O Sr. Presidente da Câmara diz que este ano a receita é menos que no ano passado. A conclusão é: nós fomos ao longo de todos os anos dizendo aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse hoje “falta de mecanismos de cobrança que façam o acompanhamento da boa cobrança da taxa municipal de direitos de passagem”. A falta de mecanismos não quer dizer que os serviços deviam funcionar mal, a execução de acompanhamento envolve custos, como disse já, que podem ou não ser compensatórios, ou que deixem a descoberto muito do que poderia ser a efetiva cobrança, daí que temos que cobrar o que controlamos, porque os mecanismos não são cem por cento eficazes. Aperfeiçoem os mecanismos para cobrarmos mais, se cobrarmos muito pouco os custos da cobrança poderão vir a superar os benefícios do cobrado. Aperfeiçoemos a máquina, temos pessoas e temos conhecimentos, há que pôr os serviços a funcionar! Se não sabem, peçam conselhos. Nem toda a gente sabe tudo. A experiência não custa nada, mas fica cara. Há que adquirir experiência nesta matéria também.”-----

**Não se tendo registado mais intervenções, passou-se à votação do ponto.---**

Nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27 de julho p.p., a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 27 membros presentes, fixar, para o ano de 2022, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25%, a cobrar às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo.-----

**6. APROVAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO AO PROTOCOLO A CELEBRAR COM A ANEPC E A AHBVVC – EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTES – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 10 DE AGOSTO DE 2021: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** introduziu a apreciação do ponto em título, agendado na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 10 de agosto.----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** informou que se solicita à Assembleia Municipal a aprovação do compromisso plurianual com o protocolo supra. Mas, mais importante que isso é dar nota da aprovação de uma candidatura que a Câmara Municipal fez para a constituição de uma segunda Equipa de Intervenção Permanente, que estará sediada nos Bombeiros Voluntários, o que permite agilizar e criar condições para um socorro mais eficiente e mais rápido. Este é o espírito, um espírito de missão partilhado com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, em que cada uma das partes assume 50% do encargo com a constituição desta Equipa, ao que acresce o importante envolvimento e contributo dos Bombeiros com a disponibilização de profissionais que permitem a prontidão no socorro.-----

Hoje, depois da Câmara Municipal já a ter aprovado, e ter sido também aprovada e subscrita pela ANEPC e depois de autorizado o compromisso plurianual por esta Assembleia Municipal será remetido o Protocolo para Homologação do Membro do Governo competente na matéria, para que se possa fazer a operacionalização e constituição desta equipa.-----

**Retirou-se da sessão o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, por integrar os órgãos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, não sem antes referir o seguinte: “Pese embora eu não poder votar este ponto dado que sou**



diretor nos Bombeiros de Vale de Cambra há 20 anos não deixarei de reafirmar que esta ação se insere naquelas ações de solidariedade que nós Bombeiros chamamos "Ajudem-nos a ajudar". Os Bombeiros merecem pois estão sempre disponíveis para socorrer e ajudar."-----

**Não se tendo registado mais intervenções, passou-se à votação do ponto.---**

Nos termos da proposta da Câmara Municipal de 10 de agosto p.p. e cabimento n.º 1549 de 2/8/2021, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 24 membros a favor e 2 abstenções (Srs Arménio Tavares Lige e Henrique Martins Pereira, respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesia de Arões e Junqueira) aprovar o compromisso plurianual com o Protocolo a celebrar com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, que estabelece as condições de contratação e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente (2.ª equipa). O Protocolo tem uma vigência de 3 anos podendo ser renovado automaticamente e sucessivamente por igual período, nos termos da sua cláusula décima.-----

**Ligou-se novamente por videoconferência, o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, totalizando 27 membros presentes.----**

**7. ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI), POR FORÇA DA CANDIDATURA PDR2020-10216-067291 – RECUPERAÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO À CASA DA TULHA– DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 10 DE AGOSTO DE 2021: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, iniciou a apreciação do ponto 7, pedindo de imediato ao Sr. Presidente da Câmara que prestasse os esclarecimentos necessários.-----**

2021.09.03

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** informou que, por força da abertura de Avisos de Candidatura, criam-se, por vezes, alguns condicionalismos e obrigações e, neste caso, a obra não estava inscrita no Plano Plurianual de Investimentos, sendo essa uma condição imposta para que a candidatura possa produzir os efeitos desejáveis, pelo que se propõe a alteração modificativa ao PPI, por forma a existir menção específica à obra em título.-----

O objeto da Recuperação do Edifício de Apoio à Casa da Tulha é, por um lado, dar corpo a um espaço que está degradado e que, se pretende tenha vida e seja mais uma âncora daquilo que é dotar o Município de mais espaços visitáveis, que possam ser integrados no roteiro turístico, não só para os Valecambrenses mas para todos os que visitam Vale de Cambra.-----

Mais, salientou que tem havido uma crescimento considerável dos espaços dedicados ao turismo, designadamente alojamentos em espaço rural, alojamento local, sendo que, neste momento, existem em Vale de Cambra cerca de 40 unidades em funcionamento e registadas e que trazem gente ao território e, com isto o Município tem também de acompanhar o investimento privado criando atrativos de iniciativa pública, que complementem e que sejam âncora dos investimentos privados. O somatório do investimento público com o investimento privado traduzir-se-á numa mais valia para o nosso território, para todos os que investem e que gostam deste Município. Em conjunto conseguirão pôr Vale de Cambra no mapa turístico. -----

Informou, também, que faz parte deste investimento um espaço dedicado ao Vinho Verde, que será o corolário lógico daquilo que tem sido a política de investimento e criação de espaços atrativos e visitáveis, colocados à disposição de todos. -----





**Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Nelson Fernandes de Almeida**, referindo, após cumprimentar a todos, congratular-se com esta proposta da Câmara Municipal. Numa das sessões desta Assembleia, aquando da abordagem da recuperação da Casa da Tulha e dos edifícios anexos, referiu que não bastariam apenas as obras de requalificação, era necessário também dar vida ao espaço, torná-lo funcional. A Casa da Tulha está num estado que não pode continuar assim. A valorização do património de Cepelos é uma mais valia, fica feliz de colocar Cepelos também no roteiro turístico de Vale de Cambra. -----

**Não se registando mais intervenções, passou-se à votação do ponto.**-----

Nos termos da proposta da Câmara Municipal de 10 de agosto p.p. e por força da Candidatura em título, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 27 membros presentes, aprovar a alteração modificativa ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos, por forma a mencionar especificamente a obra Recuperação do Edifício Anexo à Casa da Tulha.-----

**8. APROVAÇÃO DO NOVO REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E AÇÃO SOCIAL ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 13 DE JULHO DE 2021:** Introduzida a apreciação deste ponto pelo Sr. Presidente da Mesa, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, passou de imediato a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** referiu que as alterações não foram substanciais em relação ao Regulamento existente, mas solicitou mais pormenores ao **Vereador do Pelouro, António Alberto Almeida de Matos Gomes** que, no uso da palavra, referiu que

2021.09.03

foram feitas alterações pontuais ao Regulamento em vigor desde 2016, adequando o mesmo ao quadro legal atualizado, bem como a novos procedimentos, designadamente o uso da plataforma SIGA, e alteração ao nível das regras de frequência em função da experiência adquirida ao longo dos anos. Considera que a presente Proposta de Regulamento está adequada para vigorar nos próximos anos.-----

**Retomando a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal** acrescentou que o projeto de Regulamento foi submetido a inquérito público, não tendo do mesmo resultado qualquer contributo que levasse à sua alteração.-----

**Não se tendo registado inscrições, passou-se à votação do ponto.**-----

Nos termos da proposta da Câmara Municipal de 13 de julho p.p., a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 27 membros presentes, aprovar o novo Regulamento das Atividades de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar e da Ação Social Escolar da Rede Pública do Concelho, que, nos termos e condições do seu artigo 39.º, revogará o atual Regulamento em vigor.-----

**9. APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO QUADRO XIV DO RMUE –  
REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO –  
DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE JULHO DE 2021: O Sr.  
Presidente da Mesa, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação do  
ponto 9 da ordem de trabalhos.**-----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** referiu que, na sequência da aquisição de nova cartografia, que o Município adquiriu para trabalhar a revisão do PDM, muita desta cartografia está assente numa versão digital, sendo que os pontos 7 e 8 do Quadro XIV não tinham prevista na sua constituição os valores associados à tipologia/forma de



disponibilizar essa cartografia. Assim, é feita esta atualização dos pontos sete e oito, surgindo uma nova redação do quadro XIV do RMUE.-----

**Não se tendo registado inscrições, passou-se à votação do ponto.**-----

Nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27 de julho p.p., a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 26 membros a favor e 1 abstenção (do Deputado Municipal Independente Albano Oliveira Braga) aprovar a Alteração ao Quadro XIV do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), passando o mesmo a ter a seguinte redação:-----

**QUADRO XIV** -----

**Taxas por pedidos e serviços administrativos diversos prestados no âmbito de qualquer operação Urbanística** -----

(...)-----

7 — Fornecimento de cartografia em suporte digital escala 1/1000, nos formatos DGN, DWG ou DXF (ano de 2001):-----

7.1 — Planimetria (2D) e Altimetria (3D) .....28,00€/ha

7.2 — Planimetria (2D) ..... 20,00€/ha

7.3 — Altimetria (3D) .....18,00€/ha

8 — Fornecimento de cartografia em suporte digital — escala 1/5000, nos formatos DGN, DWG ou DXF (ano de 2001):-----

8.1 — Planimetria (2D) e Altimetria (3D)..... 4,00€/ha

8.2 — Planimetria (2D)..... 3,70€/ha

8.3 — Altimetria (3D) .....3,00€/ha

9 — Fornecimento de cartografia em suporte digital — escala 1/10.000, nos formatos DGN, DWG, DXF e SIG (ano de 2018):-----

9.1 — Planimetria (2D) e Altimetria(3D)..... 2,00€/ha

9.2 — Planimetria (2D) ..... 1,00€/ha

9.3 — Altimetria (3D) ..... 1,00€/ha

9.4 — Hidrografia (3D)..... 0,60€/ha

10 — Fornecimento de estudos sectoriais ..... 110,00 €

11 - Fornecimento de cartas temáticas:-----

11.1 - Formato papel A1.....100,00€

11.2 - Formato Vetorial (sujeito a apreciação) .....130,00€

11.3 – Formato Raster..... 130,00€

12 — Atribuição de número de polícia .....2,00€

13 — Autenticação de plantas topográficas de localização e outros Instrumentos de Gestão do Território (implantação/zonamento/ordenamento e condicionantes), em qualquer escala, por folha -----5,00 €

**10. PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TAXAS NO ÂMBITO DA FEIRA DE VELHARIAS, DA FEIRA QUINZENAL, DO MERCADO MUNICIPAL, DA OCUPAÇÃO ACIDENTAL (FEIRAS) E DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO (ESPLANADAS) – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 24 DE AGOSTO DE 2021: O Sr. Presidente da Mesa, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, iniciou a apreciação do ponto 10 da ordem de trabalhos concedendo, de imediato, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----**

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** referiu que, no seguimento da COVID-19 e as consequências



que esta Pandemia trouxe para a nossa economia, vários feirantes e comerciantes (cafés, restaurantes, etc) viram-se, durante largos períodos, privados do seu “ganha-pão”, tiveram de fechar trazendo-lhes dificuldades financeiras. Houve ainda algumas solicitações à Câmara Municipal, e esta com o espírito que a caracteriza no sentido de tentar ajudar a economia local, propõe esta isenção de pagamento durante um período de três meses, com início a 1 de outubro, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento e tabela de taxas do Município de Vale de Cambra. Obviamente que, em termos de receita, o que a Câmara perde não é um valor significativo, mas para quem perdeu muito qualquer pequena ajuda pode ter um significado importante.-----

**Não se tendo registado inscrições, passou-se à votação do ponto.-----**

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 26 votos a favor e 1 abstenção (do Deputado Municipal Independente Albano Oliveira Braga), isentar das taxas previstas no Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra, no âmbito da Feira de Velharias, do Mercado Municipal, da Feira Quinzenal, da Ocupação Acidental (Feiras) e Ocupação de Espaço Público (esplanadas), durante três meses, com entrada em vigor a 1 outubro, nos termos e fundamentos da proposta da Câmara Municipal de 24 de agosto de 2021.-----

**11. PROPOSTA DE APOIO À FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE CASTELÕES – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 24 DE AGOSTO DE 2021: O Sr. Presidente da Mesa, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, iniciou a apreciação do ponto 11 da ordem de trabalhos concedendo, de imediato, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----**

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva referiu que este ponto vem na sequência de um requerimento da**

Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões. Como é do conhecimento de todos os Valecambrenses essencialmente do conhecimento da população das Baralhas, há uma preocupação histórica, ou seja, a população das Baralhas sempre teve, na sua maioria, uma grande afinidade com Vale de Cambra e com a freguesia de São Pedro de Castelões, a vida escolar, a vida religiosa, de vivência era feita no Concelho de Vale de Cambra e, com o que tem acontecido nos últimos anos, a população das Baralhas sente-se injustiçada. Há a possibilidade de se mover uma ação judicial no sentido de tentar repor esta vontade da população. Assim, é solicitado que se autorize o apoio financeiro a transferir para a Junta de São Pedro de Castelões para que se possa dar início a este processo. -----

**Intervenção de seguida, o Deputado Municipal Independente Albano de Oliveira Braga,** referindo, acerca desta questão, ter sempre defendido que a população tinha que intentar uma ação popular e, neste caso, vai ser a Junta de Freguesia que se vai substituir à população. É evidente com o apoio da população e de todos nós, porque os diálogos que houveram entre os municípios de Vale de Cambra e de Oliveira de Azeméis e o Sr. Presidente também andou em diálogos, não deram resultado, estes são sempre “surdos e mudos”. Nunca acreditou que houvesse um acordo e a mesma questão também poderá colocar-se com o Município de Oliveira de Azeméis na questão de Codal e da Junta de Freguesia de Carregosa. Os políticos nunca cedem mão do seu território nem das suas populações. Acrescentou que, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia têm que ter em conta que isto é um início, esta verba que será aprovada é um início, pois não acredita que se vá gastar apenas esta verba, isto vai andar a arrastar-se no tempo no tribunal administrativo não sabe quanto tempo, e terão de estar preparados para despende umas dezenas de milhares de euros com esta questão. Os resultados são imprevisíveis, depois o Tribunal dirá de sua justiça, se



a população das Baralhas tem razão em ser incorporada toda na Freguesia de São Pedro Castelões ou então o Tribunal dirá que terão de se manter incorporados na Freguesia de Ossela, e acaba assim esse litígio.-----

Afirmou, também, nunca ter entendido a questão daquele vértice, da divisão do território de Oliveira de Azeméis e de Vale de Cambra, em que a fronteira entre Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra deveria ser pela crista da montanha mas que, fazem ali um vértice que vem a Mosteirô e as casas daquele lugar foram “engolidas” pelo Município de Oliveira de Azeméis, o que é inconcebível. Deveria de haver diálogo e consenso entre os Municípios; não houve; as pessoas não quiseram. Bom, este passo é um princípio.-----

**No uso da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, João Pedro Costa**, após cumprimentar os presentes e os que os acompanham nas redes sociais, referiu congratular-se com esta proposta feita pela Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões e que vai votar favoravelmente. -----

Mas, acrescentou que, desde maio de 2019 que a sua Freguesia tem uma situação idêntica na EN 224, em Macieira de Cambra e se o critério é igual para todos, considera que o Sr. Presidente da Câmara já deveria ter respondido sobre isso e dar o mesmo apoio às outras Juntas de Freguesia. Referiu a existência de uma Ata Avulsa, de uma reunião entre a Freguesia de Chave e a Freguesia de Macieira de Cambra que foi enviada para a Câmara Municipal em 5 de maio de 2019 e não sabe em que ponto de situação está. Na questão dos topónimos e limites ali, há acordo entre as Freguesias de Chave e Macieira de Cambra, mas não há acordo entre os respetivos Municípios de Arouca e Vale de Cambra.-----

2021.09.03

Mais uma vez, referiu congratular-se com o apoio à Freguesia de S. Pedro de Castelões.-----

**Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** alertou que faltando um minuto para a meia noite, nos termos do artigo 13.º, n.º 1, do Regimento da Assembleia Municipal, a sessão só pode continuar para além da meia noite se houver uma deliberação expressa do plenário nesse sentido, pelo que colocou à votação dos presentes dar ou não continuidade aos trabalhos para além dessa hora.-----

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, dar continuidade aos trabalhos da sessão após as zero horas.**-----

**Retomou-se a apreciação do Ponto 11 (PROPOSTA DE APOIO À FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE CASTELÕES – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 24 DE AGOSTO DE 2021), tomando de imediato a palavra o Senhor Deputado Municipal, António Augusto Pinho Soares de Almeida,** referiu conforme se transcreve: “Relativamente à transferência de verbas para a Freguesia de Castelões até já é tarde. Acho que deveremos transferir a verba que for necessária, de forma faseada, ao longo do tempo. Isto não é um processo de dois dias, já é de muitos anos e o povo das Baralhas está saturado desta situação. Para dar bom provimento à vontade do povo das Baralhas devemos fazer tudo o que for possível -- Que a Junta de São Pedro de Castelões e a Câmara de Vale de Cambra lutem pelo povo das Baralhas. Vamos votar isto favoravelmente e com muita pressa, já estamos muito atrasados, em muitos anos.-----

Como disse o Sr. Presidente da Junta de Macieira de Cambra e muito bem, não se esqueçam Sr. Presidente e toda a Assembleia que o povo do Barracão também veio à Assembleia falar deste assunto. -----





Que todos os Presidentes de Junta tenham este assunto em agenda e se precisarem peçam ajuda ao Senhor Presidente Sérgio de Castelões que ele dará ajuda. Exerçam os vossos direitos na delimitação das fronteiras administrativas.-----

Neste caso, vamos lutar pelas Baralhas e já é tarde, os custos são o que são. Que o resultado final seja bom.”-----

**A Deputada Municipal Célia Maria dos Santos Tavares** proferiu o seguinte: “Do que me pareceu ver na proposta que foi apresentada, proposta esta que foi levada também à Assembleia de Freguesia de São Pedro de Castelões e lá aprovada por unanimidade, da qual faço parte, tem a certeza que o valor que é solicitado tem, apenas e só, a ver com a ação judicial, custos com honorários, com advogados, custos com taxas de justiça e demais encargos de processo. -----

A questão que coloco e, sempre numa situação construtiva, é saber se e porque é que a Câmara Municipal não ponderou auxiliar o povo das Baralhas com os serviços jurídicos, que tem um gabinete de advogados contratado, para a realização desta ação judicial? Se ponderou ou não e porque não o fez, ou seja, porque é que optou por contratar um advogado de fora do Concelho, de fora da avença judicial que tem com o gabinete de advogados?-----

E, relativamente a isto também, gostava de solicitar ao Sr. Presidente da Câmara, apenas e em jeito de esclarecimento: Durante estes 8 anos, o que é que foi feito relativamente a este assunto pela Câmara Municipal?”-----

**No uso da palavra o Deputado Municipal Independente, Albano de Oliveira Braga**, para uma intervenção complementar, e por uma questão de justiça, pois havia-se esquecido do caso da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, concordando com a proposta do seu respetivo Presidente, Sr. João Costa.-----

Lembrou, também, outra situação, que no mandato anterior se abordou - a questão administrativa entre Vale de Cambra e Arouca na zona das Pedras Parideiras, pois que existem umas dúvidas administrativas; há quem entenda que

2021.09.03

as Pedras Parideiras pertencem ao Concelho de Vale de Cambra pelos mapas antigos, e outras pessoas entendem que não. -----

**Interveio de seguida, o Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, Sérgio Miguel Santos Soares** que, após cumprimentar todos os presentes e os que os acompanham pelas redes sociais, referiu ver com grande gosto este ponto ser apreciado pela Assembleia Municipal, após ter sido apreciado pela Assembleia de Freguesia que o aprovou por unanimidade. O povo das Baralhas realmente tem o direito de ver terminado este assunto que anda há décadas para ser resolvido. Já o tentou resolver por outras vertentes, estiveram reunidos os Presidentes das Juntas de Freguesia e das Câmaras Municipais em causa, o assunto também já esteve na Assembleia da República, mas até à data não houve forma de o resolver. Assim, entendeu a Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões que este meio é talvez a última forma de o resolver e não podiam de deixar de o fazer. Afirmou que este assunto não veio só agora por ser eleições no dia 26 de setembro, pois quem o conhece sabe que, tanto trabalha no dia a seguir às eleições como no último dia em que exerce funções; é uma pessoa de terreno uma pessoa que gosta de resolver as situações das pessoas e o compromisso com as pessoas das Baralhas, como com as de qualquer outro lugar da sua Freguesia é esse, é resolver os problemas e melhorar as condições de vida de cada um. Informou que tiveram uma reunião, onde estiveram presentes tanto o Presidente da Câmara, o Presidente da Junta de Ossela e o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis na qual não houve qualquer abertura para acordo, até foi dito pelo Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis que o assunto das Baralhas "estava na quinta agenda dele, nos pontos lá para o fim". Por isso mesmo, entenderam que esta era a forma de resolver, sendo óbvio que não podem garantir que seja resolvido na totalidade ou



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

2021.09.03

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da forma a que as pessoas fiquem satisfeitas nas Baralhas porque juridicamente, como sabem as coisas também não são de um dia para o outro, mas tem todo o gosto deste ponto estar em apreciação.-----

Agradeceu as palavras agradáveis que o Deputado António Augusto lhe dirigiu. Fá-lo com muita consideração. Assim, como no caso de todas as outras pessoas, por exemplo, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra que refletiu e vai apoiar. Entende que cada um gosta de olhar pelas suas Freguesias, mas se calhar podem seguir o exemplo da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões, porque têm de batalhar e de ir ao limite. -----

Deu nota de outro processo judicial que a Junta de Freguesia tem a decorrer devido a situação de fecharem uma passagem onde passa um Percurso Pedonal, após tentativa frustrada de diálogo com os envolvidos. É para isso que existem tribunais, por isso é que existem advogados e têm de seguir esse caminho para resolver os problemas das pessoas. É esse o lema, garantiu que vai continuar a fazê-lo dia-a-dia, hora a hora, minuto a minuto.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** em relação à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões confirmou que privilegiam em primeira linha o diálogo.-----

Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Macieira de Cambra disse que a questão por este levantada é uma situação diferente, porque já por variadíssimas vezes se sentaram com a Câmara Municipal de Arouca e, neste caso, não há uma posição extremada, há alguma abertura de parte a parte em tentar encontrar uma solução para os limites. Obviamente estas negociações não são fáceis.-----

Respondendo à Deputada Célia Tavares disse-lhe que este não é um problema de 8 anos, é um problema de mais 8 e mais 8, portanto não vamos explicar este

2021.09.03

problema como sendo uma responsabilidade do seu executivo porque não o é; é uma responsabilidade que vem com dezenas de anos de trás. Afirmou terem tentado muito resolver esta questão, houve muitas reuniões entre Eleitos Locais e também entre Técnicos das Câmaras que fizeram um excelente trabalho de terreno, marco a marco, metro a metro, fizeram portanto um trabalho exaustivo.--- Obviamente que esta solução agora encontrada para as Baralhas tem que ver, por um lado com a forte vontade da população em resolver o assunto, por outro lado com a falta de abertura da Freguesia de Ossela. Se assim não fosse obviamente que este passo não se teria dado.-----

Terminou, dizendo ao Sr. Presidente da Junta de Macieira de Cambra que farão tudo o que for necessário para resolver os problemas e só defenderá que se avance com esta solução (judicial) quando se esgotar a via da negociação e do acordo bilateral, por entender que é mais consensual e que permite resolver as coisas com equilíbrio.-----

**Retiraram-se da sala o Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, Sérgio Miguel Santos Soares e a Deputada Municipal Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro.**-----

Nos termos e fundamentos da proposta da Câmara Municipal de 24 de agosto e Cabimento n.º 1656, de 24/8/2021., a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 25 membros presentes, atribuir um apoio à Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, no montante de sete mil cento e doze euros (€ 7.112,00€), para a propositura de ação com vista à delimitação do lugar das Baralhas, S. Pedro de Castelões, face à Freguesia de Ossela, Concelho de Oliveira de Azeméis.-----



Reentraram na sala, o Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, Sérgio Miguel Santos Soares e a Deputada Municipal Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro.-----

**12. PROCESSO DE OBRAS N.º 21/20 DA MANOSFER – IMOBILIÁRIA, LDª – SOLICITAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ACLARAMENTO DO ARTIGO 18.º DO REGULAMENTO DO PDM – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 24 DE AGOSTO DE 2021: O Sr. Presidente da Assembleia, Manuel Miguel Pinheiro Paiva** introduziu a apreciação do ponto 12, tratando-se de um pedido da Câmara Municipal de esclarecimento do artigo 18.º do Regulamento do PDM, mormente no que refere à exceção para edifícios localizados em gaveto e inseridos em Planos de Pormenor e Urbanização em vigor. Passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para explanação do assunto.-----

**No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,** referiu que na análise do processo de obras em título, surgiu dúvidas quanto à ocupação do solo, nos termos do artigo 18.º do Regulamento do PDM, sendo que, no mesmo artigo se excecionam os edifícios localizados em gaveto, que é o caso deste, assim como os inseridos em Planos de Pormenor e Urbanização em vigor. Ou seja, como os Planos de Pormenor foram revogados, não estão em vigor, a questão que agora se levanta é se estas exceções são cumulativas ou não. O entendimento Técnico é que não é cumulativo mas, solicita-se esse esclarecimento à Assembleia Municipal, cujo entendimento passará a aplicar-se a todos os pedidos de licenciamento que surjam nas mesmas condições.-----

De imediato, solicitou um esclarecimento mais técnico ao **Vereador José Pedro Vieira de Almeida,** que interveio no processo enquanto Técnico da **Autarquia.** Sendo-lhe concedida a palavra, cumprimentou todos os presentes e

aqueles que acompanham a transmissão on-line. Esclareceu que o artigo 18.º – Implantações é o que define o índice máximo de ocupação do solo, o qual não poderá exceder 70% da área total do lote afeto à construção, com exceção da situação de edifícios em gaveto e inseridos em Planos de Pormenor e Plano de Urbanização em vigor. Quando os Planos Municipais atrás referidos estavam eficazes esta questão não se colocava, a partir do momento em que a Câmara Municipal propôs à Assembleia Municipal a revogação de todos os Planos de urbanização e planos de pormenor, suscitou a dúvida se as exceções referidas seriam cumulativas ou não. Pelo que o pedido de esclarecimento a esta Assembleia não se reportará apenas ao presente processo mas a todos os processos que reúnam idênticas condições. Deverá esta Assembleia Municipal considerar a interpretação das exceções a este artigo como não cumulativa, ou seja, que seja excepcionado o índice de ocupação do solo máximo de 70% para:-----

(1) situação de edifícios em gaveto;-----

(2) edifícios inseridos em Plano de Pormenor ou de Urbanização; os quais não existem em vigor, de momento, em Vale de Cambra.-----

No futuro, poderá a Câmara Municipal propor a execução um Plano de Urbanização ou Plano Pormenor para uma parte do território municipal e consequentemente esse artigo passará também a aplicar-se a essas áreas. -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu os esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vereador e passou a palavra aos membros da Assembleia inscritos.-----

**No uso da palavra o Deputado Municipal Independente, Albano de Oliveira Braga,** solicitou ao Sr. Presidente da Câmara e/ou Sr. Vereador que explicassem



o que é um gaveto, pois ele entende porque tem os desenhos, mas as pessoas em casa não os têm.-----

**O Senhor Deputado Municipal, António Augusto Pinho Soares de Almeida,** referiu conforme se transcreve: “O que eu disse na Assembleia Municipal quando se revogaram os Planos de Pormenor e que o Senhor Presidente da Câmara não quis compreender, então tem de compreender agora que a revogação dos Planos trouxeram este problema, que tem de ser discutido na Assembleia Municipal mesmo antes de aprovados os outros planos de pormenor. Tudo seria evitado se, e agora de uma forma muito humilde, virei a folha e vou fechar o livro, não é como o Sr. Presidente da Câmara tentou dizer, relativamente ao comportamento da oposição; não; nós fomos colaboradores e somos pacientes, pacientes é o termo mais correto que podemos utilizar, porque muitos dos problemas que surgiram dos debates, inusitados às vezes, derivam destas indefinições. Na altura eu disse: não se devem revogar os planos de pormenor, devem-se articular por forma a que entre sair de um e entre a aprovação de outro não se deixem vazios legais. É só cito que quero lamentar, de resto, vamos discutir o assunto e resolver o problema. É só para lembrar que, de facto, houve muito quer se fez, mas poderia ter-se feito muito mais com tolerância, porque desde o primeiro dia, desde 2017, disse que estávamos disponíveis para parcerias de colaboração em benefício do Concelho de Vale de Cambra e mantemos isso. E fecho o livro.”-----

**Novamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal,** referiu que, com imagens seria efetivamente mais fácil, mas o caso em apreço trata-se de um terreno circundado por duas ruas, relativamente a Nascente e Poente, que a Norte termina também a confrontar com a rua e só na parte Sul tem uma zona de continuidade. É no fundo um terreno circundado por ruas, o que vulgarmente se chama gaveto.-----

2021.09.03

**Sem mais inscrições para intervenção, passou-se à votação.**-----

Apreciado o artigo 18.º do Regulamento do PDM (“Artigo 18.º / Implantações / O índice de ocupação do solo, incluindo as construções anexas, não poderá exceder 0.70 da área total do terreno afeto à construção, com exceção da situação em gaveto e inseridas em Planos de Pormenor ou de Urbanização em vigor.”), nos termos do solicitado pela Câmara Municipal, por sua deliberação de 24 de agosto p.p., a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 26 votos a favor e 1 abstenção (do Deputado Municipal Independente Albano Oliveira Braga), aclarar o artigo 18.º do Regulamento do PDM, no sentido de que as exceções ali previstas (situação em gaveto e inseridas em Planos de Pormenor ou de Urbanização em vigor) não sejam condições cumulativas.-----

**- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** Não se registaram inscrições por parte do público presente na sala.-

**- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e seis votos a favor e uma abstenção (deputado Municipal, Independente, Albano Braga) elaborar a minuta da ata da sessão, aprovando, de seguida, com os mesmos votos, o texto da mesma.-----

**Neste momento, sendo zero horas e vinte e oito minutos do dia quatro de setembro, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, com o consenso de todas as Bancadas com assento na Assembleia Municipal e do Deputado Municipal Independente, suspendeu os trabalhos da sessão, ficando marcada a sua continuação em reunião a ter lugar no próximo dia 10 de setembro, pelas 21horas, neste mesmo local, por forma a ser apreciada e aprovada a ata desta sessão, para deixar o mandato devidamente fechado.**-----

-----





-----REUNIÃO DE 10 DE SETEMBRO DE 2021-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, iniciou a continuação dos trabalhos da sessão, pelas vinte e uma horas e nove minutos, do dia dez de setembro do ano de dois mil e vinte e um, no Centro Cultural de Macieira de Cambra, verificando-se as mesmas presenças (e falta) do dia 3 de setembro, à exceção da Deputada Municipal Sara Campos Bastos e Ricardo Jorge da Costa Oliveira que faltaram à presente reunião. Participaram nesta sessão, por videoconferência, os Deputados José António Abrantes Soares de Almeida, António Augusto de Pinho Soares de Almeida e Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz.-----

Em representação da Câmara Municipal participou nesta reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Esteve ainda presente o Vereador em regime de não permanência José Pedro Vieira de Almeida.-----

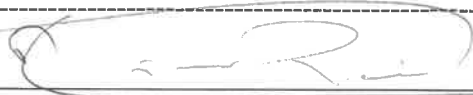
De imediato, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário, ao abrigo do artigo 50.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a inclusão na ordem de trabalhos da sessão de um ponto sem número, assim denominado "**Aprovação da ata da sessão**". A Assembleia Municipal reconheceu a urgência na deliberação referida, por unanimidade dos 25 membros presentes.-----

- **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e cinco membros presentes, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 3 de setembro de 2021, realizada em duas reuniões que tiveram lugar a 3 e a 10 de setembro, com as correções efetuadas à proposta da ata, bem como com a retificação à minuta, no que se refere ao nome da Sra. Deputada Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (página n.º 14).-----

2021.09.03

**Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão pelas vinte e uma horas e doze minutos, do dia dez de setembro do ano de dois mil e vinte e um, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por si e pela primeira Secretária da Mesa em funções nesta sessão.-----

O Presidente



O 1º Secretário

